



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUIA-TOCANTINS

LETÍCIA COSTA SILVA

O JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE SÃO DOMINGOS DO
ARAGUAIA-PA

MARABÁ-PA
2017

LETÍCIA COSTA SILVA

**O JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE SÃO DOMINGOS DO
ARAGUAIA-PA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado a Faculdade de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Regina Congílio.

MARABÁ-PA

2017

LETÍCIA COSTA SILVA

**O JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE SÃO DOMINGOS DO
ARAGUAIA-PA**

Data de aprovação:

Aprovado em:

Prof.º Orientador – Célia Regina Congílio

Examinador (a) I:

Examinador (a) II:

Suplente:

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão a todos que de forma direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação e na construção deste trabalho.

À todos os professores que contribuíram na minha formação para chegar até aqui.

À UNIFESSPA (Universidade Sul e do Sudeste do Pará), pela oportunidade de fazer este curso de ciências sociais. À direção e administração pela paciência e cordialidade em atender às demandas solicitadas.

Especialmente à Faculdade de Ciências Sociais, aos professores do curso que me proporcionaram em riquíssimas aulas as ferramentas para construir este trabalho.

Aos meus colegas de curso e de turma, os quais irei levar para toda a vida.

À minha orientadora prof^a Dr^a Célia Regina Congílio, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

À escola Elza Maria Corrêa Dantas e Secretaria de Assistência Social de São Domingos do Araguaia, assim como à professora S.C. por disponibilizarem dados de grande importância para este trabalho.

Aos jovens da cidade de São Domingos do Araguaia que me reservaram um pouco do seu tempo para me concederem entrevistas.

Por fim, agradeço à minha família, aos meus pais e irmãos, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

RESUMO

Neste trabalho, analisamos a situação do jovem no mercado de trabalho na cidade São Domingos do Araguaia – PA. Percebe-se que a questão do jovem no mercado de trabalho é bastante complexa, pois, muitos são obrigados a entrar precocemente ou são considerados sem experiência e qualificação para conseguir uma colocação satisfatória no mercado de trabalho. Logo, são forçados a se tornarem reservas de força de trabalho de alta rotatividade e flexível no setor de serviços comerciais ou mesmo informal, seja para conseguir independência, ajudar na renda familiar, ou mesmo pela própria sobrevivência. Para o modo de produção capitalista, no qual o Estado é um aparato desse sistema, ancorado nos ideais neoliberais, é interessante que existam reservas de força de trabalho, muitas vezes despreparadas para atuar nos trabalhos mais simplórios, com grande carga horária e baixa remuneração. Foi utilizada como metodologia neste trabalho, a história oral por meio de entrevistas, assim como a utilização também de questionário e pesquisa documental referente ao tema tratado no trabalho, sendo empregados autores como: Marx (1982), Saes (1998) que são de grande relevância na discussão sobre o modo de produção capitalista e Estado, assim como, Hébette (2004), Picoli (2006), Velho (2013) que tratam sobre a região Sudeste Paraense e a cidade São Domingos do Araguaia, além da utilização de artigos científicos, dentre outros documentos que se tornaram relevantes para a abordagem do tema.

Palavras-Chave: Jovem; Trabalho; Estado; Neoliberalismo.

ABSTRACT

In this work, we analyze the situation of young people in the work market from the municipality of São Domingos do Araguaia, Pará. It is recognized that the matter of young people in the work market is very complex, because many of them are obliged to enter too early or are considered inexperienced and unqualified to get a satisfactory position in the work market. Therefore, they are forced to become workforce reserves of high turnover and flexible in the commercial services sector or even in the informal sector, either to achieve independence, to help with the family income, or even for their own survival. For the capitalist mode of production, in which the state is an apparatus of the system, anchored in the neoliberal ideals, It is interesting that there are workforce reserves, often unprepared to work in the simplest jobs with high workloads and low pay. It was used as methodology in this work, the oral history through interviews, as well as questionnaire and documentary research related to the subject dealt in this work, using authors such as Marx 1982, Saes 1998, who are of great relevance in the discussion about the capitalist mode of production and state, as well as Hébette 2004, Picoli 2006, Velho 2013, who deal with the southeast region of Pará state and São Domingos do Araguaia municipality, besides the use of scientific articles, among other documents that were considered relevant to the approach of the topic.

Keywords: Young people; Work; State; Neoliberalism.

LISTA DE SIGLAS

ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia

CIT – Comissão Intergestores Tripartite

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CTP – Centro Técnico Profissionalizante

FED – Federal Reserve Bank

GATT - Tratado Geral de Tarifas e Comércio

IDESP – Instituto Brasileiro de Direito e Política de Segurança Pública

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias

PEA - População Economicamente Ativa

PETI - Programa de Erradicação de Trabalho Infantil

PIB - Produto Interno Bruto

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado do Pará

SEPOF – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

SIIS - Sistema de Informações de Indicadores Sociais

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUDAM - Superintendência da Amazônia

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNIFESSPA – Universidades Federal do Sul e Sudeste do Pará

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNOPAR – Universidade do Norte do Pará

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Área, população e densidade demográfica dos municípios do Território do sudeste paraense.	35
Tabela 2: IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município do território Sudeste Paraense.	36
Tabela 3: Índice de Gini dos Municípios do Território do Sudeste Paraense.	37
Tabela 4: População do município São Domingos do Araguaia 1991-2010.....	40
Tabela 5: Área, população e densidade demográfica de São Domingos do Araguaia 1991-2010.	42
Tabela 6: População Jovem urbana e rural do município.....	42
Tabela 7: Trabalho infantil em São Domingos do Araguaia – 2010.....	43
Tabela 8: Estatística final de alunos do ensino médio entre 2014 a 2016.....	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização e composição do Território do Sudeste do Pará entre 2004 e 2008 e após 2008.....	31
Figura 2: Plano Diretor do município de São Domingos do Araguaia.....	38
Figura 3: Vagas de empregos ofertadas no site SINE em São Domingos do Araguaia	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População urbana e rural – São Domingos do Araguaia 1991-2010.	41
Gráfico 2: Número das matrículas iniciais e finais - 2014 a 2016	48
Gráfico 3: Número de alunos aprovados e reprovados - 2014 a 2016	49
Gráfico 4: Alunos que trabalham e não trabalham de uma turma do 3º ano do ensino médio.	50
Gráfico 5: Jovens entre 17 e 23 anos empregados no supermercado Alladin.	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. TRABALHO, ESTADO E EDUCAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	15
1.2. SOBRE O ESTADO BURGUESES	17
1.3. NEOLIBERALISMO	22
1.4. EDUCAÇÃO NEOLIBERAL	25
1.5. JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO.....	28
2. SUDESTE PARAENSE E O MUNICÍPIO SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	31
2.1. REGIÃO SUDESTE PARAENSE	31
2.2. MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	37
2.3. ESCOLA ELZA MARIA CORRÊA DANTAS	45
3. RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO NA CIDADE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	49
3.1. PROGRAMA SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO)	58
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

Para que o modo de produção capitalista se perpetue na nossa sociedade é preciso que haja sempre um exército de reserva de força de trabalho de desempregados, pois assim, os donos dos meios de produção conseguem contratar indivíduos pelos salários mais baixos, já que a demanda é exorbitantemente maior que a procura. “A igualdade burguesa, tal como a democracia burguesa, nada mais é do que a máxima liberdade do capital para explorar os trabalhadores. E o Estado burguês, por mais democrático que seja, será sempre um instrumento especial de repressão contra os trabalhadores.” (LESSA; TONET, 2011, p.85). Desse modo, não resta escolha ao trabalhador a não ser aceitar trabalhar por um salário irrisório por conta do risco de não conseguir ou perder o emprego.

Em tempos de crise e desemprego há os que estão em ainda mais desvantagem: percebe-se que a população jovem é bastante marginalizada, pois, é considerada sem experiência para exercer atividades econômicas e dificilmente se encontram políticas públicas que atuem efetivamente em auxílio dos jovens a ingressarem no mercado de trabalho. Além do que muitos dos que conseguem, entram prematuramente no mercado trabalho.

(...) em ocupações cansativas, realizando tarefas fragmentadas e repetitivas, o que contribuiu para o processo de alienação. Isso dificulta a superação de obstáculos impostos pela pobreza, uma vez que quanto mais alienados pelo trabalho e pela falta de tempo para participação social, mais difícil é reconhecer os mecanismos de funcionamento do modo de produção e os elementos de superação. (LACHTIM; SOARES, 2009, p. 185).

Muitos jovens consideram que ter um trabalho é um importante passo na transição para a vida adulta, podendo significar a autonomia em relação à família, ajudando na complementação da renda familiar ou até mesmo como provedor da casa. O objetivo deste trabalho foi o de tentar perceber como o jovem se insere no mercado de trabalho e em que condições, na cidade de São Domingos do Araguaia, localizado no Sudeste Paraense. Trata-se de um pequeno município e não há muitas opções de empregos, sendo que o mercado de trabalho na cidade em grande parte é composto pelo setor da agropecuária e de serviços, atividades com grande carga horária de trabalho e má remuneração.

Utilizei como metodologia neste trabalho, a história oral por meio de entrevistas, assim como a utilização também de questionário e pesquisa documental referente ao tema tratado no trabalho.

Sobre a pesquisa documental, esse método de pesquisa é de grande pertinência quando nos dirigimos a sujeitos em contextos sociais com registros escritos e amplos que possam ser fontes de dados, há a utilização de leituras bibliográficas que fomentam a discussão da pesquisa, tais como: Marx (1982), Saes (1998) de grande relevância na discussão sobre o modo de produção capitalista e Estado, assim como, Hébette (2004), Picoli (2006), Velho (2013) que tratam sobre a região Sudeste Paraense e a cidade de São Domingos do Araguaia, além da utilização de artigos científicos, dentre outros documentos que se tornaram relevantes para a abordagem do tema.

Foi realizado também um levantamento de dados no supermercado Alladin, onde buscamos saber o número de jovens entre 17 a 23 anos que trabalham ou buscam emprego no estabelecimento comercial.

Bem como, foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas, em uma turma de 3º ano do ensino médio, na escola Estadual Elza Maria Corrêa Dantas, com o intuito de fazer um pequeno levantamento da quantidade e a faixa etária de jovens da turma que estão inseridos no mercado de trabalho na cidade. A escola Elza Maria Corrêa Dantas foi escolhida pelo fato de ser a única escola pública do município a oferecer o Ensino Médio, ela atende toda a demanda tanto da área urbana quanto rural. Assim, o questionário se caracteriza como uma forma de pesquisa descritiva, pois:

Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação. (FREITAS; PRODANOV, 2013, p.52).

Além do questionário, fiz uso também de entrevistas, sendo 10 alunos já formados, que concluíram o ensino médio em 2010, assim como uma entrevista com a responsável pelo programa SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo), colocarei somente as iniciais do nome para preservar sua identidade S.C., entrevistas estas feitas com o objetivo de colher informações sobre a atuação dos jovens já formados no ensino médio no mercado de trabalho da cidade e sobre o programa SCFV que assiste alguns jovens carentes. Portanto, “A história oral é uma metodologia qualitativa, pois se situa no terreno das experiências humanas, seus procedimentos, em especial os depoimentos e as entrevistas, traduzem visões particulares de processos coletivos.” (SILVA, 2015, p.20). Sendo a história oral:

Um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimento sobre essa história vivida. (DELGADO, 2006, p. 15).

Ainda sobre a função da entrevista, “A realização das entrevistas é considerada etapa fundamental de qualquer pesquisa que trabalhe com a história oral. Para Delgado (2006), é na realização de entrevistas que se situa efetivamente o fazer da história oral.” (SILVA, 2015, p.20).

O trabalho se organiza em três capítulos. No primeiro abordei o modo de produção capitalista, assim como o neoliberalismo em que a sociedade nacional e mundial está inserida e suas consequências no mercado de trabalho e na educação. Temos também uma breve explicação geral sobre o que é o jovem e a sua relação com o mercado de trabalho.

No segundo capítulo discuto sobre o contexto histórico do Sudeste Paraense, do início da colonização da Amazônia desencadeada pelo regime militar, assim como a entrada dos grandes projetos e do capital estrangeiro, com vistas a explorar os recursos naturais da região, o que teve e tem até hoje causado consequências ambientais e sociais. Neste capítulo também será apresentado o contexto histórico do município de São Domingos do Araguaia, desde sua formação até sua configuração atual, sobre a sua economia, população, e seu mercado trabalho oferecido para os jovens.

No terceiro capítulo trago os dados coletados, por meio de questionários e entrevistas, onde há a discussão a partir dos jovens da cidade, sobre as dificuldades e desafios do mercado de trabalho na cidade. É feita também a apresentação do programa SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo), que trabalha com jovens beneficiários do bolsa família.

Por fim, na conclusão do trabalho apresento a minha análise sobre a inserção e a situação do jovem no mercado de trabalho na cidade, da tentativa do jovem de entrar para esse mercado de trabalho, tornando-se mais uma força de trabalho nesse sistema exploratório desencadeado pelo modo de produção capitalista.

1. TRABALHO, ESTADO E EDUCAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.

1.1. MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Atualmente vivemos em uma sociedade em que o modo de produção vigente é o modo de produção capitalista, esse sistema econômico se caracteriza pela apropriação privada dos meios de produção e distribuição, sendo o trabalho nesse sistema de produção, também uma mercadoria. De acordo com Marx:

O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a “valorização” do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 1994; p.148).

Sobre a conversão da força de trabalho em mercadoria:

Contudo, para que a força de trabalho possa ser convertida em mercadoria, ou seja, possa ser comprada e vendida no mercado, é necessário que o trabalhador seja separado dos meios de produção e do produto produzido. Este é um longo processo histórico que teve início mesmo nos modos de produção anteriores ao capitalismo, mas que se intensificou e recebeu sua forma final entre os séculos 15 e 18. Com as grandes navegações (séculos 15 e 16), surgiu um mercado mundial que possibilitou à burguesia europeia acumular capital na escala necessária para transformar progressivamente o artesão medieval, que trabalhava em sua oficina, com suas ferramentas, sua matéria-prima e com a posse do produto final, em um trabalhador assalariado justamente porque perdeu a posse de todo o resto, menos de sua força de trabalho. A Revolução Industrial transforma, finalmente, esse trabalhador em operário. Essa separação do trabalhador dos meios de produção é o fundamental do que Marx e Engels chamaram “período de acumulação primitiva do capital”. (LESSA; TONET, 2011, p. 64)

Com advento da revolução industrial, que desenvolveu equipamentos que substituem muitas atividades dos trabalhadores, o trabalhador não é mais possuidor do seu meio de trabalho, ele não participa mais de todo o processo de produção, como acontecia na época em que o artesanato predominava. Para Marx (1982):

Torna, portanto, o produto do trabalho cada vez mais estranho perante o trabalhador. De igual modo, a divisão do trabalho torna-o cada vez mais unilateral e dependente, assim como acarreta a concorrência não só de homens, mas também entre máquinas. Posto que o trabalhador baixou à [condição de] máquina, a máquina pode enfrenta-lo como concorrente.

Finalmente, tal como o acúmulo de capital aumenta a quantidade da indústria e, portanto, de trabalhadores, essa mesma quantidade da indústria traz, através dessa acumulação (*Accumulation*), uma *grande quantidade de obras malfeitas (Machwerk)* que se torna sobreprodução (*Überproduktion*) e acaba: ou por colocar fora [da esfera] do trabalho uma grande parte dos trabalhadores, ou por reduzir o seu salário ao mais miserável mínimo. (MARX, 1982; p.27).

Essa expansão do modo de produção e distribuição capitalista fez com que diminuíssem as atividades autônomas, ocorrendo o aparecimento de levas de desempregados, esses desempregados se tornam então força de trabalho barata nas indústrias. O desemprego é um fator característico do capitalismo, pois, é conveniente para esse sistema, tendo a sua vontade um exército de reserva, pode-se adquirir força de trabalho a preços baixos. Singer (2000) comenta:

Tornou-se característica do capitalismo o aproveitamento incompleto da capacidade de trabalho do proletariado, ou seja, do que Marx conceituou como a perpetuação dum “exército industrial de reserva”. Neste ponto, o capitalismo se distingue dos demais modos de produção. A razão de ser do desemprego como elemento estrutural do capitalismo deriva diretamente do antagonismo entre compradores e vendedores da força de trabalho. Aos compradores – as empresas capitalistas – interessa que haja concorrência entre os vendedores para que o custo caia; aos trabalhadores conquistaram o direito de se unir em sindicatos, o que tornou possível e provável a monopolização da oferta da força de trabalho. (SINGER, 2000, p.12).

Assim, como a procura de trabalho é maior que a oferta, o trabalhador fica à mercê das vontades do dono dos meios de produção, pois pode ser demitido a qualquer momento, podendo ser substituído rapidamente por outro funcionário. O trabalhador trabalha inúmeras horas e não participa do lucro que ele promove, quem se apropria disso é o capitalista, ao trabalhador só resta um mísero salário. Sobre o valor do trabalhador, Lessa e Tonet (2011) afirmam:

Qual o custo da produção de um trabalhador assalariado? Nada mais, nada menos, do que custa à sociedade a reprodução da sua força de trabalho. E, como para isso basta que a pessoa seja mantida viva e com um mínimo de saúde, a maior parte das necessidades autenticamente humanas dos trabalhadores não será sequer reconhecida, quanto mais levada em consideração pelo capital. Isso vale tanto para o trabalhador do primeiro mundo, que pode receber um salário elevado, quanto para o trabalhador mais miserável da África ou do Brasil. Em ambos os casos, apesar da evidente diferença do conforto da situação de cada um deles, o ser humano só é levado em consideração como uma coisa, um montante de força de trabalho. Por isso, o custo dessa força é muito baixo, e o seu valor – o salário – está sempre muito abaixo das necessidades do trabalhador como ser humano. O salário expressa o quanto custa, para o sistema capitalista, a reprodução da

força de trabalho, mas não expressa as reais necessidades humanas de quem está exercendo a função assalariada. É claro que o que é necessário varia em lugares e momentos históricos diferentes e, além disso, é estabelecido pelo mercado e não por relações individuais. (LESSA; TONET, 2011, p. 95)

De acordo com Marx:

O trabalhador não precisa necessariamente ganhar com o ganho do capitalista, mas necessariamente perde quando ele perde. Assim, o trabalhador não ganha quando o capitalista mantém o preço de mercado acima do preço natural através de segredos de comércio ou industriais, através do monopólio ou da localização favorável de sua propriedade (Grundstück). (MARX, 1982; p.25)

O Estado capitalista, conforme descrito por Marx, é um instrumento da supremacia burguesa que acentua essas desigualdades e exploração ao trabalhador. Sobre o Estado como ferramenta de reprodução do sistema capitalista, Engels e Marx (1986) comentam:

Sendo portanto o Estado a forma através da qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições públicas tem o Estado como mediador e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa sobre a vontade e, melhor ainda, sobre uma vontade livre, desligada da sua base concreta. (ENGELS; MARX, 1986; p. 124)

Na atualidade, esse sistema de acumulação capitalista atua por uma doutrina econômica denominada neoliberalismo, se utilizando de inúmeros mecanismos para estabelecer o domínio da burguesia, sendo um deles o Estado burguês.

1.2. SOBRE O ESTADO BURGUEÊS

Martins (2014), quando entra neste debate, começa discorrendo sobre a concepção contratualista de Estado, de Hobbes e Rosseau. Na obra *Leviatã*, analisado pelo autor citado, Hobbes afirma que o homem no Estado de natureza vivia em guerra, de todos contra todos, não havia leis, era livre, mas não havia segurança, “Decorrente da necessidade de uma organização política que garantisse os direitos naturais e que não mais permitisse a lei da selva hobbesiana, haveria a passagem do Estado de natureza hobbesiano ao Estado civil, criando-se o poder político e as leis.” (MARTINS, 2014, p.53). Já Rosseau, de acordo com Martins (2014), acredita que no Estado de natureza, o homem era bom, não havia

guerra, no entanto, quando se começou a instaurar a propriedade privada, tiveram início os conflitos, assim, foi necessária a criação do Estado, para resolver estas questões. Em ambas as interpretações sobre a teoria do Estado, houve o contrato social, que levaria do Estado de natureza à vida sociedade. Então, sobre a criação do Estado, Martins (2014):

Assim, com a necessidade de uma organização política capaz de impedir a anarquia de uma sociedade sem regras, funda-se a partir da ideologia do bem comum - a concepção contratualista. Nessa concepção o Estado forma-se a partir do pacto social e/ou contrato social: para resolver o problema do estado de natureza, no qual os homens viveriam em total desordem, estes abrem mão de direitos naturais a —outrol, como uma espécie de transmissibilidade permitida, autorizada. Surgirá então uma entidade superior que terá o poder dado pelo homem de dirigi-los - o Estado - que, teoricamente, exerceria o poder em favor de toda a sociedade, em favor do bem comum assegurado pela ordem institucional (explicitamente, as forças armadas). (MARTINS, 2014, p.34).

Já na teoria Marxista, a partir da concepção de lutas de classe e do materialismo histórico dialético, o Estado nesta análise não serve ao bem comum, mas sim aos interesses de determinada classe, a classe que detém os meios de produção, a burguesia.

É preciso, portanto, que os interesses comuns entre os proprietários dos meios de produção e a força para dominar os não-proprietários sejam estabelecidos de maneira tal que pareçam corretos, legítimos e válidos para todos. Para isso, criam o Estado como poder separado da sociedade, portador do direito e das leis, dotado de força para usar a violência na repressão de tudo quanto pareça perigoso à estrutura econômica existente. (CHAUÍ, 2000, p. 537).

De acordo com Engels e Marx, em Ideologia Alemã (1986):

É a esta propriedade privada moderna que corresponde o Estado moderno, adquirindo pouco a pouco pelos proprietários privados através dos impostos, inteiramente caído nas suas mãos pelo sistema da dívida pública e cuja existência depende exclusivamente, pelo jogo da alta e da baixa dos valores do Estado na Bolsa, do crédito comercial que lhe concedem os proprietários privados, os burgueses. A burguesia, por ser já uma classe e não uma simples ordem, é constrangida a organizar-se à escala nacional e já não exclusivamente num plano local, e a dar uma forma universal aos seus interesses comuns. Dado que a propriedade privada se emancipou da comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular junto da sociedade civil e fora dela; mas esse Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e os seus interesses, tanto no exterior como no interior (...). (ENGELS; MARX; 1986; p.122).

Diante disso, o Estado que deveria garantir o bem comum é na verdade o instrumento garantidor da supremacia da classe burguesa. É um estado de classe. De acordo com Saes (1998).

Um conceito de Estado em geral: o Estado, em todas as sociedades divididas em classes (escravista, feudal ou capitalista), é a organização especializada (=o “poder *especial* de repressão”) na função de moderar a luta entre dominação de classe; ou, por outra, o conjunto das instituições (mais ou menos diferenciadas, mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra. (SAES, 1998, p. 19)

Esse autor afirma ainda:

A caracterização da estrutura jurídico-política, bem como de sua dupla função (isolamento, representação da unidade), nos permite determinar a natureza de sua correspondência com as relações de produção capitalistas: *é o Estado burguês que cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas*. É nesse sentido que o Estado burguês organiza de um modo particular – o modo burguês – a dominação de classe, a dominação burguesa. *É o desempenho dessa função particular que define, fundamentalmente, o Estado burguês; a mera referência a uma função técnica, econômica ou de acumulação pouco pode agregar a essa definição*. (SAES, 1998, p. 50)

Sobre o Estado, Hébette (2004, p.553) “é preciso (...) descobrir as relações sociais por elas encobertas - além das aparências, a realidade do Estado. E a realidade reside no fato de ele ser um Estado de classe, e não, como dá a pensar toda uma aparência internalizada pela maioria dos cidadãos (...) mediadora das classes e árbitro dos seus conflitos.” O Estado, criado para atender interesses da classe dominante, tem no espaço territorial, lócus da manifestação desses interesses. Esses interesses são perceptíveis a partir das estratégias de controle criadas para dominar, levando-se em consideração o modo de produção em que elas ocorrem. Como diz Saes:

A correspondência entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas não consiste numa relação causal simples e unívoca entre ambos. Qual é, então, a natureza dessa correspondência? Um tipo particular de Estado - o burguês – *corresponde* a um tipo particular de relações de produção – capitalistas -, na medida em que só *uma* estrutura jurídico-política *específica* torna possível a *reprodução* das relações de produção capitalistas. Essa é a verdadeira relação entre Estado burguês e as relações de produção capitalistas: *só o Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas*. (SAES, 1998; p.22)

Desse modo, fica claro que o Estado, que em teoria seria para garantir o bem estar social, o bem comum, não é neutro no sistema capitalista; age principalmente em prol de

determinada classe, assim a maioria esmagadora da população que não se encontra na classe burguesa sofre as consequências, pois ficam desassistidas do Estado, principalmente os jovens da classe trabalhadora, pobre. Mascaro (2013), sobre a função do Estado no sistema capitalista, também comenta:

O Estado não é a forma de extinção das lutas em favor de uma classe, mas sim de manutenção dinâmica e constante da contradição entre classes. Sua forma política não é resolutoria das contradições internas do tecido social capitalista, sendo, antes, a própria forma de manifestação, constituindo alguns de seus termos e mesmo de seus processos mais importantes. Assim, não se há de pensar na forma política estatal e na luta de classes como dois polos distintos ou excludentes num mesmo todo social. Na mesma dinâmica da luta de classes capitalista estabeleceu-se a forma política estatal. (MASCARO, 2013; p.70).

Falando mais especificamente sobre o Brasil, Saes (1985) comenta que o país de tradição escravagista, para impulsionar o desenvolvimento do capitalismo e começar a instauração do Estado burguês, teve que proclamar a abolição do sistema de escravidão, período de 1888 à 1889, pois, não era mais atraente ao capitalismo e com a proclamação da República, assim, deu-se um passo a frente à incorporação do sistema capitalista. Mas lembrando, que o propósito da proclamação não foi a preocupação com os tratamentos desumanos dados aos escravos africanos, mas sim, porque o sistema escravista não é compatível com o sistema capitalista.

Na verdade, a escravidão contaminava as demais relações de trabalho; as chamadas leis de locação de serviços, do período imperial, eram, mais que contratos de trabalho próprios ao direito burguês, subprodutos do direito, reconhecido ao proprietário dos meios de produção, de construir o produto direto em sua propriedade. Liquidada a antiga legislação, abriu-se, aos olhos dos imigrantes, a possibilidade de trabalho “livre” e assalariado na formação social brasileira. Que este não tenha se implantado de imediato no campo é uma outra questão; mas lembrar este fato, aqui, permite-nos pelo menos explicar por que os imigrantes, recém-“libertados” de relações de produção servis e da dominação pessoal em outras formações sociais, abandonaram rapidamente o campo brasileiro em busca das cidades. (SAES; 1985; p. 349).

Esse autor comenta ainda:

As transformações jurídico-política de 1888-1891 foi, portanto, condição necessária para que o modo de produção capitalista se tornasse dominante no Brasil; isso não ocorreu, entretanto, imediatamente após a transformação superestrutural. Ainda algumas décadas após esse processo, as relações de produção servis continuaram a ser dominantes no campo, e a indústria permaneceu subordinada à agricultura; o que significa que as relações de produção servis foram as dominantes na própria formação social, toada no seu conjunto. Só após 1930, quando a indústria foi progressivamente subordinando a agricultura (Esta, já em processo de transformação

capitalista), as relações de produção capitalistas se tornaram dominantes. Desse modo, foi a classe dos capitalistas industriais mercantis, a grande beneficiária, no longo prazo, da revolução política burguesa de 1888-1891. (SAES, p. 349, 1985)

Mais à frente, já na “democracia burguesa”, em 1964, o golpe que depôs o presidente João Goulart, golpe este apoiado pela burguesia brasileira “(uma revolução, aos olhos de seus defensores) era composta de grupos diversos (...) políticos, oficiais militares, empresários, religiosos (...)” (MOTTA, 2008, p.111), empresariado associados com os latifundiários, contribuíram para o impulso do aprofundamento do sistema capitalista no país, por meio do golpe, houve grande abertura a entrada do capital estrangeiro. “O rápido desenvolvimento do capitalismo pós-64 não se faz senão com a exploração implacável da força de trabalho, fim para o qual a política repressiva do regime militar representou instrumento plenamente eficaz.” (GORENDER, 1981, p. 104). O autor comenta ainda:

A concentração da renda e a deterioração da qualidade de vida de grandes massas da população justificaram que se chamasse o capitalismo brasileiro de *selvagem*. Mas se trata de uma designação puramente moral, sem valor científico. Qualquer que seja o país, inclusive os da revolução burguesa clássica, todo o capitalismo, por suas leis imanentes, tende à exploração da força de trabalho até o limite das possibilidades físicas. O que o impede de chegar a este limite e lhe impõe formas *civilizadas* de exploração é a luta de classes dos operários. (GORENDER; 1981; p. 106)

Com as reformas neoliberais ocorridas na década de 1990 no Brasil, tendo seu início no governo Collor, por meio da abertura do mercado e da terceirização, o Estado se reorganizou a doutrina para atender as vontades da burguesia brasileira.

As transformações neoliberais sofridas pelo Estado ao longo dos anos 90, buscaram se alinhar a ideologia de uma administração gerencial. Nesse sentido, na medida em que os administradores públicos adotaram medidas que aceleraram a descentralização do Estado, principalmente através da forma de contratação terceirizada que passaram a ser uma estratégia central, foi possível também ao Estado reduzir a quantidade de trabalhadores transferindo ao setor privado as atividades que ele poderia oferecer com maior competitividade (CUNHA, 2015, p. 11).

De acordo com Gorender (1981) “(...) enquanto houver capitalismo no Brasil, existirá uma burguesia *brasileira*, isto é, uma burguesia cujo centro de interesses se situa na economia nacional. A ela pertence o poder do Estado, por mais que não o exerça diretamente, porém por intermédio da instituição militar.” (GORENDER, 1981, p.111).

Portanto, o Estado, dentro da lógica do neoliberalismo, continua atendendo aos interesses da classe dominante, pois como veremos adiante, essas reformas neoliberais praticadas pelo Estado burguês acentuam a concentração de lucro nas mãos da burguesia, dos detentores do capital, acarretando a precarização da educação e saúde relegadas à segundo plano, com a precarização também do trabalho e suas garantias, além de gerar desemprego, o que aumenta a criminalidade, principalmente entre os jovens.

1.3. NEOLIBERALISMO

Neoliberalismo é uma corrente de pensamento derivada do liberalismo, esta sendo criada no século XVIII, este tendo tido como principal teórico Adam Smith, que com sua obra “A Riqueza das Nações” de 1776, “apontava os novos rumos da política econômica, como o abandono das práticas mercantilistas, estabelecimento de comércio livre e fim da presença do estado na economia e também o reconhecimento do trabalho como principal fonte de geração de riqueza.” (SILVA, 2010, p.13). Os liberais afirmavam que quanto mais trabalho mais há a geração de riqueza, Adam Smith discorre que a especialização de trabalho aumenta a capacidade produtiva do trabalho. Assim, as ideias do liberalismo se incorporaram na sociedade. Sobre os ideais neoliberais:

As idéias liberais atingiram a política provocando mudanças especialmente na constituição do estado e à sua relação com a sociedade. No novo contexto a teoria do direito divino perdeu o sentido, e o estado passou a ter a função de promover a felicidade das pessoas e garantir a mesma. O governante deveria assegurar também a igualdade de todos perante a lei, suprimindo os 16 privilégios de nascimento, e garantir a propriedade privada outra grande transformação que o novo sistema político deveria operar era a separação definitiva entre política e religião, ou seja, a laicização do estado. (SILVA, 2010, p. 15).

Durante a década de 1920, houve um expressivo crescimento no mercado de ações da bolsa de valores nos EUA, acontecendo uma explosão de compras de ações da bolsa, cidadãos vendiam seus bens para investir em ações com o intuito de obter lucro. Entretanto, por volta de 1929, a economia dos EUA começou a dar sinais de fragilidade, entrando em recessão, com o quadro econômico em saldo negativo, o mercado de ações da bolsa de valores de Nova Iorque despencou, e logo essa crise se tornou mundial, visto que os EUA era o principal financiador dos países da Europa após a Primeira Guerra Mundial. Desse modo, com a

economia em crise, a corrente do liberalismo foi perdendo força em alguns países da Europa e havendo a ascensão do fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha, assim tem-se início a Segunda Guerra Mundial.

Mas, foi no fim Segunda Guerra Mundial que os EUA e os outros países capitalistas vencedores se recuperaram da crise de 1929, graças ao mercado da guerra, pois, ao seu término, estabeleceu-se em 1948 o sistema de Bretton Woods entre os países capitalistas, que “concedia aos governos nacionais certa autonomia na promoção dos objetivos nacionais, mas o fazia em um sistema de taxas de câmbio fixas, que visava evitar as práticas de desvalorizações competitivas ocorridas nos anos 1930” (GUIMARÃES, 2015, p.619), sendo essa taxa de câmbio fixa ordenada ao dólar-ouro, cada 35 dólares corresponderia a uma onça troy (31,1 g de ouro). Assim como, “A promoção da abertura comercial, efetuada pelo Tratado Geral de Tarifas e Comércio (GATT), contribuiu para altas taxas de crescimento do comércio internacional”. (GUIMARÃES, 2015, p.619). Os EUA ao final da Segunda Guerra, com o acordo de Bretton Woods, ascenderam à potência hegemônica, pois, se tornou o principal país que cumpria “simultaneamente, o papel de fonte autônoma de demanda efetiva e a função de ‘emprestador de última instância’ ou ‘prestamista internacional’, através da atuação de seu banco central, o Federal Reserve, FED, com importante papel como regulador da liquidez internacional do sistema.” (COGGIOLA, 2010, p.6).

Nesse contexto, começa-se a formação do Estado do Bem Estar Social nos países capitalistas avançados “(com incremento do ‘salário indireto’, previdência social, seguro-desemprego, principalmente), ampliando, também, o mercado interno de consumo” (COGGIOLA, 2010, p.12), assim como o desenvolvimento do fordismo, proporcionaram a “idade de ouro do capitalismo”. No entanto, na década de 70, esse processo começava a decair, ainda nos anos 60 a Alemanha e Japão se recuperaram economicamente após a guerra e fazem concorrência à economia dos EUA. Assim, a economia norte-americana começava a dar sinais de crise “Dificuldades surgiram também no *front* internacional, fruto dos déficits norte-americanos no balanço de pagamentos e dos efeitos negativos sobre o padrão monetário baseado no lastro ouro-dólar, levando, em 1971, ao abandono da conversibilidade e, em 1973, à adoção de um regime de taxas de câmbio flutuantes.” (GUIMARÃES, 2015, p.620). Bem como, acontece também nesse período a crise mundial do petróleo, decorrente do embargo da exportação de petróleo, promovido pela Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo.

O modo de produção fordista já estava esgotado, teve-se então “a introdução de novas técnicas de produção, que tiveram o duplo impacto de reduzir a demanda por trabalhadores na indústria e modificar o perfil dos trabalhadores exigidos.” (GUIMARÃES, 2015, p.621). Voltando aos ideais do liberalismo do século XVIII, para a menor intervenção do Estado nas questões econômicas, havendo a redução da força de trabalho com menos qualificação, bem como sua precarização, a adesão à terceirização e a flexibilização das leis trabalhistas conquistadas durante o Estado do bem estar social, desse modo, essas práticas desenvolvidas após o declínio do bem estar social, caracterizam a volta dos preceitos da corrente liberal de forma atualizada, agora denominada: neoliberalismo.

Assim, o liberalismo se renova em uma nova versão, o neoliberalismo, com as teorias de Friedrich Hayek e Milton Friedman em Chicago, expandindo-se por todo o ocidente. “(...) o neoliberalismo deriva do liberalismo clássico em que consistia em fazer uma economia onde ela poderia regular sem precisar recorrer a princípios exteriores: valores morais, os preceitos, a subordinação, a princípios éticos que não partiam de encontro com o dinamismo da economia.” (SILVA, 2010, p.16). O autor diz ainda:

Daí a ideologia neoliberal onde com algumas teorias tenta de uma forma ou de outra convencer a todo custo as nações subordinadas a entenderem e aceitarem os planos políticos dos Estados Unidos, como forma de um crescimento e melhoramentos surge então a chamada e tão aclamada globalização. (SILVA, 2010, p.27).

Esse autor ainda relata:

A função do estado no neoliberalismo, nada mais é que defender os direitos da propriedade e os contratos assumidos no mercado, outra característica fundamental dentro do neoliberalismo que de maneira alguma pode ser ignorada é a individualização dos coletivos, (sindicatos, famílias (...), todos são apenas indivíduos consumidores, quanto mais consumo, mais as empresas privadas entram na especulação mundial, privatizando os lucros (...). A privatização dos serviços públicos também faz parte do programa neoliberal tais como: privatização das aposentadorias, hospitais e da saúde, do ensino, dos correios, transportes públicos, estradas, parques, prisões, polícia, limpeza pública. (SILVA, 2010, p. 19).

O neoliberalismo se instaurou no Brasil por volta da década de 1990, no governo do então presidente Fernando Collor de Mello, aprofundando-se no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando “(...) as reformas neoliberais para a ‘redução do estado’ obedeceram a uma lógica que visavam, essencialmente, recompor as taxas de lucros da burguesia, refrear o poder de barganha da classe trabalhadora e alinhar as políticas nacionais

com os interesses da burguesia financeira mundialmente estabelecida.” (CUNHA, 2015, p.5).

Ainda sobre as políticas neoliberais no país, Cunha (2015) afirma:

(...) durante todos os anos 90 ocorreram essas reformas, que dentre outras coisas, trouxeram a forma de contratação terceirizada para “dentro” do Estado. Na ótica governista, a Reforma do Aparelho do Estado tornou-se a principal tarefa política dos anos 90, principalmente porque compreendiam que a crise da economia brasileira era também uma crise do Estado, pois, nos governos anteriores (desde a década de 50), o Estado havia se desviado de sua função básica para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou uma deterioração dos serviços públicos, gerando também, o agravamento da crise fiscal e da inflação (BRASIL, 1995; apud; CUNHA, 2015, p.9)

Desse modo, por meio de reformas e de terceirizações, concretizaram-se os anseios da burguesia brasileira em se “alinhar aos novos ditames da economia mundializada e com sua ideologia neoliberal” (CUNHA, 2015, p.18), trazendo grandes consequências negativas às esferas mais importantes da sociedade, como educação, trabalho e saúde.

1.4. EDUCAÇÃO NEOLIBERAL

A Escola também é um espaço de hegemonização da ideologia da classe dominante e do sistema neoliberal, sendo este, como já discutido, uma corrente política-economia implantada nos países ocidentais a partir da década de 1970, tendo como alguns fins a desregulamentação da economia, a privatização e a mínima intervenção do Estado, então esse sistema tem como um de seus objetivos subordinar os jovens estudantes ao mercado de trabalho, para atender aos anseios da economia competitiva de obtenção de lucro neoliberal. Sobre isso, Marrach (1996) diz:

Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...] 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não

hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (MARRACH, 1996, p. 46-48).

Também tratando da temática Congílio (2010) afirma que:

As escolas cumprem papel importante como espaços de socialização para o trabalho desde os tempos iniciais do modo de produção capitalista e, enquanto este for dominante, os entraves para uma educação emancipadora são aparentemente intransponíveis. Gramsci (1979) argumenta que a opressão de classe depende não só dos arranjos econômicos ou da coerção do Estado, mas, fundamentalmente, de certo grau de aceitação dos níveis dessa dominação pelas classes dominadas. Isso resulta da ideologia e das políticas, que definem relações opressivas de classe como normais e legítimas. (CONGÍLIO, 2010, p.49).

E as consequências de subordinar a educação a essas ideias são graves, pois, a preocupação do Estado com a estrutura física e pedagógica das instituições escolares é mínima, como discutir a autora:

Enquanto indicadores oficiais divulgam o aumento na quantidade de acesso, num outro aspecto, é bastante extensa a literatura que indica os problemas vivenciados por alunos, professores e funcionários, trabalhadores na educação pública, diante das péssimas condições físicas e financeiras que resultam do aperto fiscal. Frente à onda de violências que assola as escolas públicas, resultado da grande escala de exclusão perpetrada pelas políticas neoliberais, tem-se tornado comum atribuir ao professor, além da competência de preparar o aluno para o mercado de trabalho, a capacidade de “lidar com a violência nas escolas”, conforme propagado intensamente na mídia após cada notícia de espancamento, ameaças ou depredação. Cobra-se do professor muito além do que seria de se esperar para uma educação pública, gratuita e de qualidade, mesmo em conformidade com o ideário do capitalismo liberal clássico. (...) Outra questão a considerar é a dificuldade em conhecer, discutir e se apropriar dos instrumentos legais que dispõem sobre a educação, uma vez que são constantemente modificados por intermédio de leis complementares e decretos federais, quase sempre diminuindo receitas orçamentárias ao sabor das crises financeiras e necessidades de maior repasse de recursos públicos aos setores privados. (CONGÍLIO, 2010, p.39).

Nesse sistema, a educação não é voltada para desenvolver outras capacidades dos alunos, artísticas, culturais, dentre outras, pois submete a educação à competitividade do mercado. Congílio (2010)

(...) afirma se tratar de desenvolver condições para a manutenção ou obtenção do emprego, dando respostas à exigência das chamadas novas competências, o que passa necessariamente pela adequação das qualificações. Esta transfere ao indivíduo as condições de “empregabilidade”, responsabilizando-o pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho; considera a obtenção do emprego como um atributo de

competência daquele que o busca e que, portanto, depende de sua adequação às qualificações exigidas no mercado. Esta concepção atualmente é a mais apregoada. São recorrentes nos noticiários as mensagens de que há uma grande demanda de empregos cujas vagas não são preenchidas, por causa da carência de trabalhadores qualificados. (CONGÍLIO, 2010, p.33).

Essa autora ainda relata que:

Ainda que discussões acerca da descentralização do ensino fundamental estejam presentes em dispositivos legais e experiências dispersas no país, ao longo do período desenvolvimentista, as reflexões aqui propostas dirigem-se às reformas recentes colocadas em prática pela LDB de 1996, especialmente considerando seus impactos sobre a educação básica. É flagrante que o neoliberalismo impõe um controle explícito do capital internacional sobre os processos sociais das economias dependentes. Assim, além do monitoramento econômico, também os rumos da educação das nações passaram a ter um espaço privilegiado de controle nas ações do Banco Mundial (...), tendo em vista que as novas tecnologias e os novos padrões econômicos necessitavam também de novos padrões educacionais, para formar novos trabalhadores e novos consumidores (...). (Souza, 2008: 1 de 6; apud; CONGÍLIO, 2010, p.38).

Então, os currículos escolares agem como ferramentas políticas ideológicas:

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, transmite visões sociais particulares e interessadas, produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento 12 transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada às formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. O currículo existente, isto é, o conhecimento organizado para ser transmitido nas organizações escolares, passa a ser visto não apenas como algo inserido na produção de relações assimétricas de poder no interior da escola e da sociedade, mas também como algo histórico e socialmente contingente. O currículo é uma área contestada, é uma arena política. (CAPRIO; LOPES, p.12, [S.D.]).

A escola, além de ser uma instituição formadora, também é um espaço de socialização, que abarca uma grande diversidade de jovens, seja diversidade racial, de gênero, orientação sexual, assim como alunos com deficiências físicas. Desse modo:

É muito comum, nas escolas, a visão da juventude tomada como um “vir a ser”, projetada para o futuro, ou o jovem identificado com um hedonismo individualista ou mesmo com o consumismo. Quando se trata de jovens pobres, ainda mais se forem negros, há uma vinculação à ideia do risco e da violência, tornando-os uma “classe perigosa”. Diante dessas representações e estigmas, o jovem tende a ser visto na perspectiva da falta, da incompletude, da irresponsabilidade, da desconfiança, o que torna ainda mais difícil para a escola perceber quem ele é de fato, o que pensa e é capaz de fazer. A escola tende a não reconhecer o “jovem” existente no “aluno”, muito menos

compreender a diversidade, seja étnica, de gênero ou de orientação sexual, entre outras expressões, com a qual a condição juvenil se apresenta. (DAYRELL, 2007, p. 1116)

Apesar dessa heterogeneidade, a instituição ainda não consegue atender toda essa diversidade de público. “Se a escola se abriu para receber um novo público, ela ainda não se redefiniu internamente, não se reestruturou a ponto de criar pontos de diálogo com os sujeitos e sua realidade.” (DAYRELL, 2007, p.5). Até porque existe uma visão disseminada pela sociedade acerca do que é o jovem, regada de preconceito. Sposito (2005) comenta:

(...) passam então a receber um contingente cada vez mais heterogêneo de alunos, marcados pelo contexto de uma sociedade desigual, com altos índices de pobreza e violência, que delimitam os horizontes possíveis de ação dos jovens na sua relação com a escola. Esses jovens trazem consigo para o interior da escola os conflitos e contradições de uma estrutura social excludente, interferindo nas suas trajetórias escolares e colocando novos desafios à escola (SPOSITO, 2005, p. 1.116).

Desse modo, a ideologia neoliberal por meio do Estado aniquila consideravelmente a capacidade de uma educação voltada para a reflexão crítica e inclusiva, em prol do incentivo da educação direcionada ao mercado, fazendo com que os jovens incapacitados de fazer uma análise econômica e política da sua situação como cidadãos, e dominados pelos ideais neoliberais entrem na competição para se tornar força de trabalho em empregos mal remunerados, para satisfazer as necessidades do mercado.

1.5. JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

“A Organização das Nações Unidas (ONU) considera, como segmento juvenil, a população situada entre 15 e 24 anos; já a Secretaria Nacional da Juventude, criada no Brasil em 2005, considera jovens todos aqueles que se situam entre 15 e 29 anos.” (FISHER; TIBIRA, 2011, p.14). O jovem se caracteriza por se encontrar na transição da infância para a vida adulta, passagem esta marcada por dúvidas, exigências e contradições, a sujeição à família e a sociedade concomitantemente ao desejo de emancipação. Segundo Novaes (2007):

Em uma sociedade marcada por grandes distâncias sociais, são desiguais e diferentes as possibilidades de se viver a juventude como “moratória social”, tempo de preparação. A condição juvenil é vivida de forma

desigual e diversa em função da origem social; dos níveis de renda; das disparidades sócio-econômicas entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país, entre países, entre continentes, hemisférios. (NOVAES, 2007, p. 1).

Esse autor ainda mostra que:

Além disto, a vivência da condição juvenil é também diferenciada em função de desigualdades de gênero, de preconceitos e discriminações que atingem diversas etnias. Mas isto ainda não é tudo. Os jovens de hoje também se diferenciam em termos de orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos, de galeras, de turmas, de grupos e de torcidas organizadas. Estes demarcadores de identidades podem aproximar jovens socialmente separados ou separar jovens socialmente próximos. (NOVAES, 2007, p.2).

Por conta dessas desigualdades e diferenças, muitos jovens sofrem preconceitos por morarem em áreas consideradas pobres e perigosas ou por outras características não bem vistas pela sociedade e isso reflete no momento da busca pelo emprego, podendo ser ou não um fator a ser considerado pelo contratante. O trabalho nesta faixa etária pode significar a emancipação financeira, ou pelo menos minimamente para diversão e consumo. Entretanto, muitos vão à busca de trabalho por questão de sobrevivência. Para Bordieu (1983):

Ainda hoje uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de ascender o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro é muito importante para se afirmar em relação aos colegas, em relação às meninas, para poder sair com os colegas e com as meninas, portanto para ser reconhecido e se reconhecer como um "homem". Este é um dos fatores do mal-estar que a escolaridade prolongada suscita nos filhos das classes populares. (BORDIEU, 1983, p.3).

Grande parte dos jovens advém de famílias sem condições e por isso precisam entrar no mercado de trabalho mais cedo. No entanto, o emprego para os jovens não é tão fácil de encontrar. Falando especificamente da sociedade brasileira, dados demonstram que a população jovem está mais propensa ao desemprego.

Estima-se que, atualmente, a juventude brasileira seja a quinta maior do mundo (Pochmann, 2006). Existem, no País, mais de 35 milhões de jovens, entre os quais 17 milhões estudam, e os outros não. Daqueles que estudam, 56% estão fora da série regular de ensino. Avalia-se que mais de 5 milhões de jovens, de 16 (idade mínima legal para inserção no mercado de trabalho) a 24 anos de idade, não trabalham, não estudam nem procuram trabalho (Pochmann, 2006). Os jovens somam 25% da População Economicamente Ativa (PEA), o que corresponde a 4,6 milhões de indivíduos, de um total de 18,5 milhões, distribuídos em cinco grandes

regiões metropolitanas e Distrito Federal. Dos 4,6 milhões, 3,2 milhões estão ocupados e 1,4 milhão desempregados. O número de jovens ocupados representa 20,7% da PEA ocupada e 45,5% do número total de pessoas desempregadas, com mais de 16 anos. Esses dados são indicadores expressivos de que a população jovem, em idade de trabalhar, está mais vulnerável ao desemprego. Além disso, constata-se que os de família de menor renda encontram mais dificuldade para se inserir no mercado do trabalho assalariado. (FISCHER; TIBIRA, 2011, p.14).

Sobre os índices de desemprego “(...) é importante considerar que as desigualdades de gênero, raça e etnia são ainda mais graves quando ocorre sobreposição destas dimensões: chega a 34,1% a taxa referente a mulheres jovens e negras na zona urbana metropolitana.” (FISCHER; TIBIRA, 2013, p.70).

Esse fato ocorre na nossa sociedade “(...) em especial, quanto ao seu uso conservador e economicista, que responsabiliza o jovem pelo seu futuro, desresponsabilizando, conseqüentemente, a sociedade e o Estado de suas tarefas em relação às novas gerações – discurso esse que é deveras útil, no contexto neoliberal.” (FISHER; TIBIRA, 2011, p.15). O jovem é visto como um problema pela sociedade, quando não consegue se adaptar. Quando a juventude não consegue fazer a transição esperada da infância à vida de normas, valores, padrões comportamentais impostos pela sociedade que garantem a coesão social. “É esse enfoque do perigo e da ameaça à coesão social que está na base da emergência e da multiplicidade de políticas para a juventude, em especial perante o desemprego maciço, observado nas últimas décadas.” (FISCHER; TIBIRA, 2011, p.15). Os autores comentam ainda:

Note-se que as políticas para a juventude têm, como público-alvo, justamente essa juventude excluída do trabalho formal e da escola. Em geral, as ações incluem a dimensão da qualificação profissional, combinada ou não à inserção no mercado de trabalho. Tais ações estão fortemente relacionadas à gestão do desemprego. Os jovens, nessa perspectiva, em vez de sujeitos de direitos são considerados sujeitos de assistência social. Além disso, o trabalho aparece como uma prática social, capaz de disciplinar o jovem, contribuindo para a diminuição dos riscos que ele, ocioso, potencialmente cria para a sociedade. (FISCHER; TIBIRA, 2011, p. 15).

O fato de jovens provenientes de pais da classe trabalhadora terem dificuldades para ter um emprego não significa que não trabalham. Numa sociedade em que o trabalho temporário assalariado, sem vínculo empregatício se sobrepôs ao trabalho fixo, a juventude busca encontrar outras maneiras de se inserirem no mercado de trabalho, para conseguir autonomia ou ajudar na renda familiar, “não são poucos os jovens que trabalham como estátua

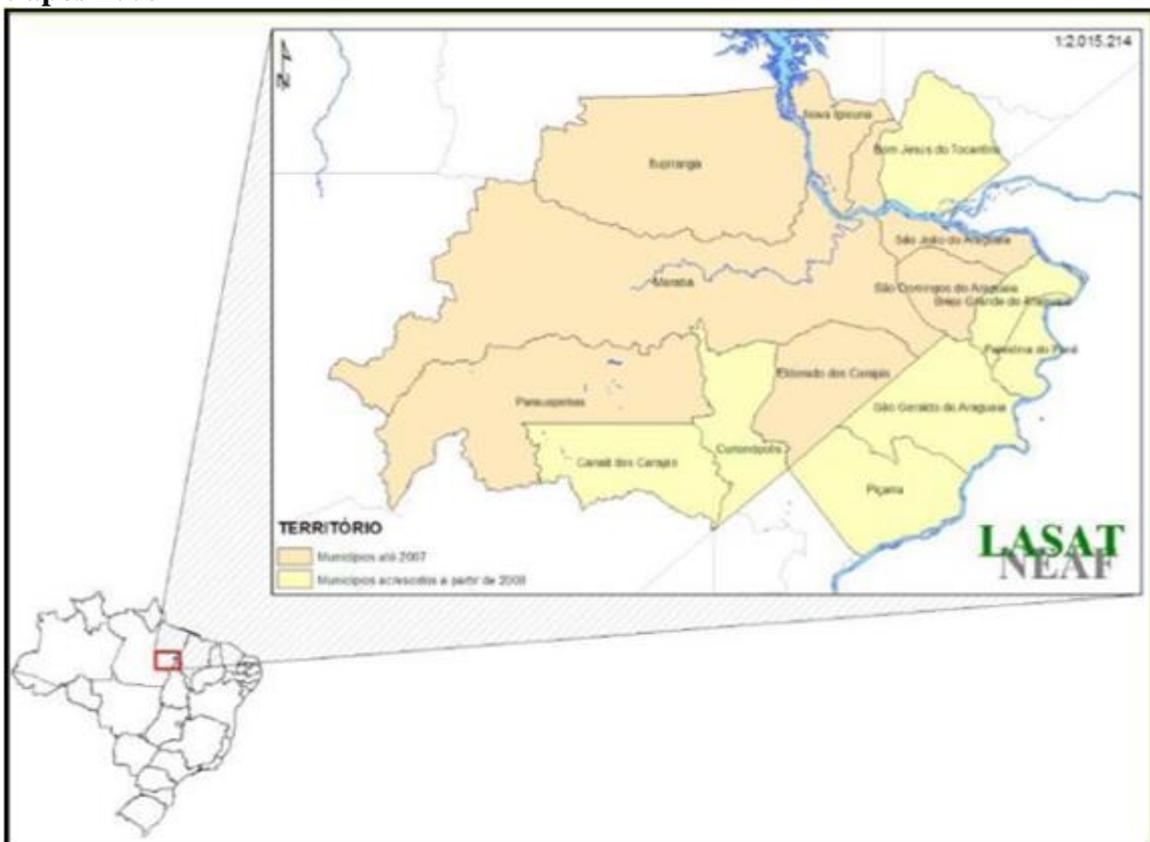
viva, comedores de fogo ou vendedores de qualquer coisa.” (FISCHER; TIBIRA, 2011, p.16). Pois, o trabalho se torna uma necessidade a quem possui tão somente força de trabalho.

2. SUDESTE PARAENSE E O MUNICÍPIO SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

2.1. REGIÃO SUDESTE PARAENSE

O município de São Domingos do Araguaia localiza-se no território do Sudeste Paraense, este território encontra-se na mesorregião do sudeste paraense.

Figura 1: Localização e composição do Território do Sudeste do Pará entre 2004 e 2008 e após 2008



Fonte: Adaptado do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sudeste Paraense do MDA e do STD (2010).

Desse modo, ao falar da criação do programa “Territórios da Cidadania”, Silva (2015) relata que:

Com o lançamento do Programa “Territórios da Cidadania”, em 2008, foram acrescentados mais sete municípios: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Palestina do Pará, Piçarra e São Geraldo do Araguaia. Atualmente conta com 14 municípios. Ainda segundo o SDT/MDA (2010), com base nos dados do IBGE (2010), com a inserção dos novos membros, o Território Sudeste Paraense passou dos 38.000 km² de extensão para uma área de, aproximadamente, 54.469 km² de extensão, totalizando uma população estimada em um pouco mais de 617 mil habitantes em 2010. (SILVA, 2015, p.51).

Destacando-se por ser uma das mais importantes áreas de fronteira agrícola da Amazônia oriental. Como relata Silva (2015):

Criado em 2004, até 2008 o Território Sudeste era formado pelos municípios de Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Parauapebas, São Domingos e São João do Araguaia. Com o lançamento do Programa “Territórios da Cidadania”, em 2008, foram acrescentados mais sete municípios: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Palestina do Pará, Piçarra e São Geraldo do Araguaia. Mais detalhes ver SDT/MDA – 2010. (SILVA, 2015, p.24).

O histórico do território é permeado pelas políticas desenvolvimentistas do governo voltadas para a Amazônia, como a abertura de rodovias (Transamazônica, Belém-Brasília, PA-070 e PA-150), assim como a instalação do Projeto Grande Carajás, a Hidrelétrica de Tucuruí, projetos de colonização e o forte incentivo à entrada do grande capital dos incentivos fiscais, atualmente outros projeto vem sendo instalados, como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e a possível construção da Hidrelétrica de Marabá.

É no governo militar que se tem início o plano de “integrar” a Amazônia para não “entregar”, com o intuito de garantir a soberania nacional sobre a região. Na década de 50, é criada a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), para unir a Amazônia economicamente ao resto do país, apresentando as riquezas naturais da região para o mercado nacional e internacional. Nos anos 60, extingue-se a SPEVEA e cria-se a SUDAM (Superintendência da Amazônia), órgão responsável por supervisionar os incentivos fiscais voltados para os projetos na Amazônia.

A política do governo brasileiro no regime militar tinha grandes preocupações acerca da defesa do território nacional, visto que a Amazônia, uma enorme região, era considerada vazia e despovoada, isso preocupava o governo. O governo tinha como objetivo com essa política de terras resolver duas questões: a situação do nordeste, onde a concentração de terra estava gerando intensos conflitos; a outra era de “habitar” a Amazônia. Na década de 70,

muitos desses projetos e a extensa quantidade de terras fizeram com que se dirigissem para a Amazônia, milhares de migrantes, principalmente da região Nordeste. Como relata Hébette:

Desde a década de 1950, contingentes significativos de migrantes penetravam no extremo-oeste do Maranhão e no norte de Goiás. Um desses fluxos procedia do Nordeste via Maranhão e Piauí, prolongando uma penetração verificada nas décadas de 1940 e 50, inicialmente, no Vales do Itapecuru e do Mearim, e posteriormente, no Vale do Pindaré. Outro fluxo procedia de Minas Gerais, Bahia e Sul de Goiás. Com a abertura dos grandes eixos rodoviários – Belém-Brasília e Cuiabá- Porto Velho, no fim dos anos 50, Transamazônica no início dos 70 – o movimento migratório intensificou-se sensivelmente. (HÉBETTE, 2004a, p. 332).

Tem-se início o planejamento de uma política de terras com o slogan: “Terras sem homens para homens sem terras”. *Slogan* esse que de acordo com Hébette:

(...)Terra sem homens para homens sem terra”, e o mito da tão propalada ‘fixação do homem à terra’, inscrito nos programas e projetos de colonização. O que se verifica, na verdade, na Amazônia, é que latifúndios, em número cada vez maior, se concentram nas mãos dos que tem de sobra terra inexplorada; que espaços ocupados e efetivamente explorados por homens laboriosos são ‘limpados’ de seus moradores e se tornam terra sem homens, terra de bois; que florestas secularmente preservadas por populações indígenas lhes são arrancadas para serem derrubadas e que, em época nenhuma na história a Amazônia acolheu levas tão grandes de homens sem raízes, sem fixação, verdadeiros nômades. O que se fixa, sim, na Amazônia, é a especulação, a grilagem e a violência. (HÉBETTE; 2004a,p. 334)

Como afirma Hébette, esses migrantes não eram atraídos pela Amazônia, mas sim, expulsos de sua região de origem, por conta da absurda concentração nos seus estados de origem. Assim:

A propaganda intempestiva, porém, repousava sobre outras premissas que não o desenvolvimento da Amazônia; ela tinha por base a situação insustentável de milhares de agricultores pressionados pela crescente concentração da terra nas regiões de mais denso povoamento, como Nordeste, Paraná, Espírito Santo. Ninguém, aparentemente, tinha estimado corretamente o potencial expulsos dessas regiões (...). (HÉBETTE; 2004a; p. 333)

Inicia-se então na década de 1970, a implantação dos Grandes Projetos na Amazônia, projetos que tinham como objetivo explorar as matérias- primas naturais da região, como o minério, madeira, dentre outros recursos. Esses projetos exigem enorme gastos, pois precisam de infraestrutura e muita força de trabalho. Grande parte desses gastos quem bancou e quem banca é o Estado, por meio de órgão como a SUDAM, por meio de incentivos fiscais,

subsídios, isenções e créditos, visto que o Estado é também uma ferramenta de reprodução do sistema de acumulação capitalista.

A SUDAM foi extinta em 2001, visto os inúmeros indícios de corrupção e fraude, “A estratégia era fornecer recursos aos projetos e coloca-los em prática, além de receber incentivos financeiros; (...) o desvio de dinheiro tornou-se uma alternativa a mais para concentrar riqueza.” (PICOLI, 2006, p.42). Esse autor mostra ainda que:

A extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e a criação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia ADA, em 2001, são uma forma política de omitir e camuflar a problemática do desvio dos recursos provenientes do órgão. O desgaste da autarquia deve-se aos abusos políticos e econômicos das administrações nos mais de 30 anos prestando benefícios privilégios aos grupos organizados no país. A troca de nome nada muda, pois os objetivos continuam os mesmos, promover o desenvolvimento da Amazônia através dos projetos econômicos capitalistas e com a assistência do Estado brasileiro. (PICOLI; 2006, p. 41).

Em 2007, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva instaura a nova SUDAM, substituindo a ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia). “(...) tendo como missão institucional promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional nos nove estados da Amazônia Legal.” (<http://www.sudam.gov.br>, recuperado em 3 de dezembro. 2016).

Portanto, a região amazônica, assim como o Sudeste Paraense, foram e ainda são atingidos pela intensa exploração de seus recursos naturais, por meio de megaprojetos mineradores, agropecuários e madeireiros, que visam a acumulação capitalista e financiados em grande parte pelo Estado, gerando grandes impactos ambientais e sociais.

A população total, a área e a densidade demográfica dos municípios integrantes do território sudeste paraense ficam mais visíveis na tabela abaixo:

Tabela 1: Área, população e densidade demográfica dos municípios do Território do sudeste paraense.

Município	População Total (hab)	Área da unidade territorial (Km²)	Densidade Demográfica (hab./km²)
Bom Jesus do Tocantins	15.298	2.816,47	5,43
Brejo Grande do Araguaia	7.317	1.288,477	5,68
Canaã dos Carajás	26.716	3.146,407	8,48
Curionópolis	18.288	2.369,098	7,72
Eldorado dos Carajás	31.786	2.956,734	10,75
Itupiranga	51.220	7.880,107	6,50
Marabá	233.669	15.128,061	15,45
Nova Ipixuna	14.645	1.564,184	9,36
Palestina do Pará	7.475	984,362	7,58
Parauapebas	153.903	6.886,208	22,35
Piçarra	12.697	3.312,661	3,83
São Domingos do Araguaia	23.130	1.392,464	16,61
São Geraldo do Araguaia	25.587	3.168,383	8,08
São João do Araguaia	13.155	1.279,889	10,28

Fonte: Adaptado de IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

Os municípios de Parauapebas e Marabá são os mais populosos do território, com 69% da população total da região. Parauapebas é também o município que possui maior densidade demográfica, isso ocorre pela grande atração do município por conta das atividades mineradoras. Em se tratando do Índice de Desenvolvimento dos Municípios do território sudeste paraense, nota-se uma pequena variação entre alguns deles (tabela 2):

Tabela 2: IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos municípios do território Sudeste Paraense.

Municípios	2010
Bom Jesus do Tocantins	0,589
Brejo Grande do Araguaia	0,591
Canaã dos Carajás	0,673
Curionópolis	0,636
Eldorado dos Carajás	0,560
Itupiranga	0,528
Marabá	0,668
Nova Ipixuna	0,581
Palestina do Pará	0,589
Parauapebas	0,715
Piçarra	0,563
São D. do Araguaia	0,550
São João do Araguaia	0,550
São Geraldo do Araguaia	0,595

Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Para Silva (2015):

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio do Território do Sudeste Paraense é de 0,69 segundo o portal do território da cidadania (2013). No entanto, internamente, há uma variedade de níveis de IDH podendo ir de 0,550 nos municípios de São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia, a 0,715 no município de Parauapebas, onde a proximidade da Serra dos Carajás influencia para melhores desempenhos na oferta de serviços de educação e saúde e geração de emprego e renda. (SILVA, 2015, p.54)

As desigualdades entre os municípios também é mostrada pelo Índice de Gini dos municípios do território sudeste paraense (tabela 3):

Tabela 3: Índice de Gini dos Municípios do Território do Sudeste Paraense.

Municípios	2010
Bom Jesus do Tocantins	0,52
Brejo Grande do Araguaia	0,57
Canaã dos Carajás	0,55
Curionópolis	0,54
Eldorado dos Carajás	0,57
Itupiranga	0,62
Marabá	0,58
Nova Ipixuna	0,59
Palestina do Pará	0,55
Parauapebas	0,53
Piçarra	0,52
São Domingos do Araguaia	0,59
São Geraldo do Araguaia	0,53
São João do Araguaia	0,55

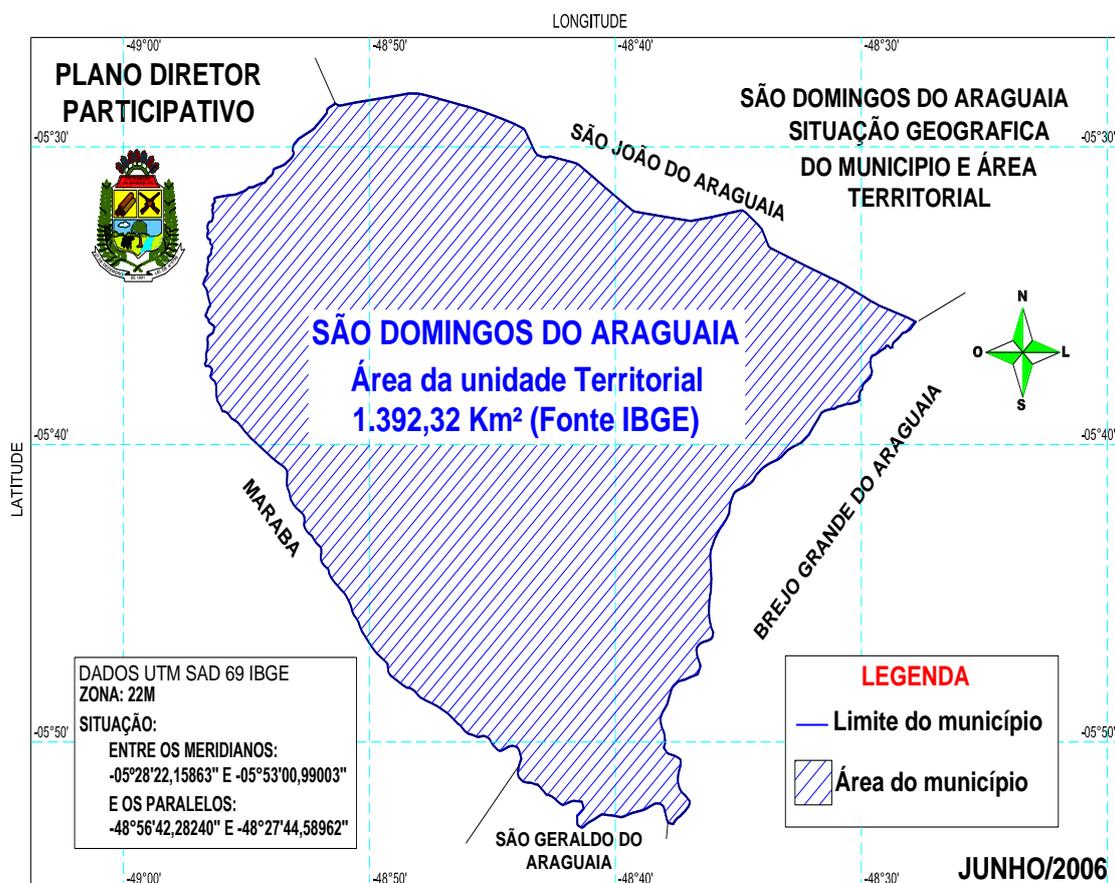
Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

O “Índice de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda e se torna um indicador essencial para uma sociedade que pretende ser equitativa” (SILVA, 2015, p.55). Quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade. Quando o índice for em torno de 0,5 representa fortes desigualdades, o que se pode perceber nos municípios de sudeste paraense.

2.2. MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

Segundo o IBGE (2015), o município de São Domingos do Araguaia possui atualmente uma área territorial de 1.392,464 Km² e uma população estimada em 24.451 habitantes.

Figura 2: Plano Diretor do município de São Domingos do Araguaia



Fonte: Adaptado de Plano Diretor Participativo do Município de São Domingos do Araguaia, Pará, 2006; apud, SILVA (2015).

A história do município começa quando o lavrador Serafim Canário da Silva, oriundo do Piauí, chegou à região no ano de 1952.

O local era próximo do castanhal de um certo José Miranda, mas como ele não tinha ainda a documentação, outros tiravam também castanha. No mesmo local, uns dez anos antes, aparentemente ainda se extraía borracha. Encontraram muitas latas espalhadas etilo chão, deixadas pelos castanheiros, e o sítio acabaria ficando conhecido como Das Latas. Encontrava-se ainda na área cerâmica indígena espalhada; donde se conclui já ter havido uma aldeia de índios no local. (VELHO, 2013, p.116).

Velho (2013) relata que a partir do ano seguinte chegaram outras famílias e se instalaram próximo do lavrador Serafim, para trabalharem na coleta de Castanha-do-Pará. Com o crescimento do povoado, este ficou conhecido como Centro das Latas, pelo fato de haverem muitas latas de querosene perto das casas, utilizadas no processo de coleta da Castanha-do-Pará. Quando em 1955, veio um padre, chamado Frei Gil, que celebrou a primeira missa no local e trouxe uma imagem de São Domingos do Gusmão, que passou a ser

o Padroeiro da cidade, o povoado passou a ser chamado então de São Domingos das Latas. De acordo com Velho (2013):

Em 1956 havia cerca de 14 casas em São Domingos. É a partir daí que se acelera o seu crescimento, não só atraindo novos migrantes, como também muitos moradores anteriormente estabelecidos na mata em volta. Em 1958, serão cerca de 30 casas, em 1960, 60, e em 1961 aproximadamente 90, o que devia corresponder a uma população de cerca de 500 pessoas. Uma parte da população se nucleava em torno de uns dois ou três grupos familiares extensos. O restante, em geral encontrando entre os chegados menos remotamente, eram indivíduos que se estabeleciam com suas famílias nucleares, alguns mantendo-se durante muitos anos sem ter notícias de pais e irmãos. Por vezes outros parentes iam chegando. As relações de compadrio substituíam, em parte, as famílias ausentes 68. Muitos não tinham família ou não voltavam para buscá-las, e acabavam constituindo nova família na própria área. (VELHO, 2013, p.118)

Com a abertura da Transamazônica, na década de 1970, houve um considerável aumento populacional; trabalhadores das empreiteiras se instalaram próximos à rodovia onde hoje se encontra a sede do município. Além disso, a atividade madeireira e garimpeira também fizeram com que viessem muitos migrantes para a região. O povoado fazia parte do município de São João do Araguaia, mas, com o rápido desenvolvimento do povoado, os moradores começaram a reivindicar autonomia política, pois, o distrito abrigava grande parte dos comerciantes e produtores. O autor citado ainda relata que:

A superioridade de São Domingos no conjunto do município já é evidente. Em 1971 instalou-se a primeira beneficiadora de arroz, e outra seria inaugurada em 1972. Com a Transamazônica a sua vantagem sobre os demais núcleos aumentou, apesar da construção de um ramal de 13 km pouco justificável economicamente ligando a sede do município à estrada. Diversos dos comerciantes maiores de Apinagés têm transferido as suas residências e os seus negócios para a área de São Domingos. A tendência de São João e Apinagés parece ser estancar, se não retroceder. A Transamazônica constituiu-se no golpe de morte sobre a navegação fluvial, que já sofrera com a abertura da PA-70, e que dava vida, particularmente, ao porto de Apinagés. Mesmo que esse gênero de transporte eventualmente renasça jamais possuirá a posição dominante de outrora. (VELHO, 2013, p.168).

Em 1991 aconteceu o plebiscito de emancipação do distrito. Elevado no mesmo ano à município pela lei estadual nº 5706/1991 passou a se chamar São Domingos de Araguaia, sendo desmembrado do município de São João do Araguaia. O Município passou a ser distrito sede desde 1995 e o movimento migratório para a cidade continua até hoje, pois, a busca por terras na região é muito grande, o que ocasionou o surgimento de vilas e comunidades

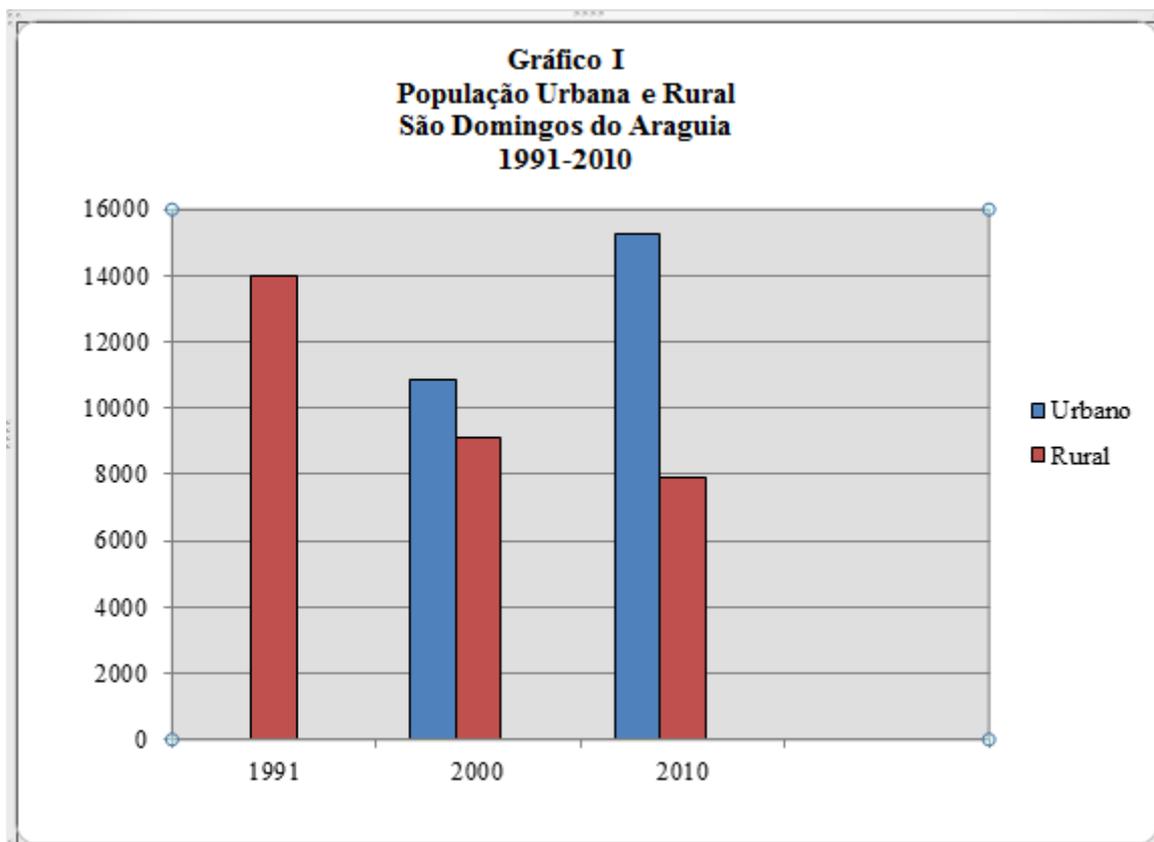
próximas da sede, na zona rural, já que a atividade pecuária é bastante intensa na região, assim também é o setor comercial e de prestação de serviços.

Tabela 4: População do município São Domingos do Araguaia 1991-2010.

População	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Urbana	–	0,00	10.878	54,38%	15.254	65,95%
Rural	14.010	100%	9.127	42,62%	7.876	34,05%
Total	14.010	100%	20.005	100%	23.130	100%

Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013; apud SILVA (2015).

De acordo com Silva (2015), esses dados nos mostram que a população em geral teve um grande aumento, principalmente a população da área urbana, o que pode ser explicado pelo êxodo rural, o que vem causando um grande crescimento da cidade.

Gráfico 1: População urbana e rural – São Domingos do Araguaia 1991-2010.

Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil, 2013; apud SILVA (2015).

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), São Domingos do Araguaia possuía 14.010 habitantes, todos considerados da zona rural, porque até este período este município ainda pertencia ao município de São João do Araguaia, então toda a população era contabilizada como zona rural. Na década seguinte, o município já desmembrado de São João do Araguaia que ocorreu em 1992, houve um significativo crescimento populacional para 20.005; Desses 10.878, ou 54,38%, se encontravam na zona urbana e 9.127, ou 42,62% na zona rural, observa-se um aumento acentuado da população da zona urbana. No Censo Demográfico de 2010, o número total de habitantes saltou para 23.130, sendo 15.254, ou 65,95%, na zona urbana e 7.876, ou 34,05% na zona rural. (SILVA, 2015, p.59).

Tabela 5: Área, população e densidade demográfica de São Domingos do Araguaia 1991-2010.

Ano	Área (Km²)	População (hab)	Densidade Populacional
1991	-----	14.010	-----
2000	1.392,40	20.005	14,30
2010	1.392,46	23.130	16,61

Fonte: Adaptado de Idesp/Sepof (2013); apud; SILVA (2015)

De acordo com o IBGE (2010) no último censo de 2010 a população total do município era de 23.130 habitantes como já vimos acima, com uma área de 1.392,46 km², e uma densidade populacional de 16,61 hab./km². Pode-se observar também, que a área do município em 1991 assim como a densidade demográfica não era definida em função de ainda fazer parte do município vizinho, mas que nas décadas seguintes o município se emancipou e teve tanto seus limites como a população e a densidade definida, aumentando gradativamente a área e a densidade e de forma acelerada a população. (SILVA, 2015, p.60)

Tabela 6: População Jovem urbana e rural do município - 2010

População Jovem Urbana em 2010	%	População Jovem Rural em 2010	%
15 – 24 anos ----- 2.980 pessoas	20,3	15 – 24 anos ----- 1,630 pessoas	19, 3
Sexo masculino ----- 1.484 pessoas		Sexo masculino ----- 828 pessoas	
Sexo feminino ----- 1.496 pessoas		Sexo feminino ----- 742 pessoas	

Fonte: Adaptado do Censo IBGE 2010

Percebe-se que a população Jovem do município tem sua maior densidade na área urbana, isso pode decorrer por conta do êxodo rural, como dito, muitos jovens veem na cidade a oportunidade para mudar de vida

Analisa-se também que a população do sexo feminino é menor em relação à população do sexo masculino na área rural, no setor urbano ocorre o inverso. Sobre a migração interna, Dotto (2008) relata que:

A tendência das mulheres saírem mais revela o retrato de uma sociedade paternalista. Não significa que este seja o resultado da pesquisa, mas apresenta uma tendência significativa. Os jovens do sexo masculino são geralmente escolhidos pelo pai para aprender a lidar com a produção do lote, com o objetivo que o mesmo prossiga com a atividade quando se aposentar. Historicamente, o homem é a figura responsável pelo sustento da família. Trata-se de uma seletividade social por razão de gênero, como argumenta Brumer (2004). Para a autora a especialização e mecanização contribuíram para que o espaço da mulher no campo se limitasse exclusivamente a serviços domésticos. A posição de subordinação destinada às mulheres do campo limita sua presença para simples “ajuda” ao homem, anulando suas perspectivas pessoais e profissionais. (DOTTO, 2008; p.39)

Sobre o trabalho em relação aos jovens, tanto na área urbana quanto na rural observa-se na tabela acima que o número de pessoas entre 10 e 17 anos é maior na área rural que na urbana. Isso pode acontecer devido ao fato do trabalho que exercem na área rural é braçal e muitas vezes em más condições, por isso muitos migram para a área urbana o que faz com a demanda pela procura por empregos cresça. Definindo trabalho infantil, Conde et al. (2013) afirmam que:

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o trabalho infantil é definido como qualquer atividade econômica exercida por crianças com menos de 12 anos de idade, e também todo o tipo de trabalho abaixo dos 18 anos que se enquadre na lista da OIT de “piores formas de trabalho” (Lista TIP). (CONDE, et. al., 2013, p.5)

Tabela 7: Trabalho infantil em São Domingos do Araguaia – 2010

Trabalho Infantil em São Domingos do Araguaia (ocupados na semana de referência)	
Zona Urbana	Zona Rural
Pessoas de 10 a 17 anos ----- 402 pessoas	Pessoas de 10 a 17 anos ----- 552 pessoas

Fonte: Adaptado do Censo IBGE 2010

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município em 2010 foi de 0,594, conseguindo se desenvolver, visto que em 1991 o valor do IDH era de 0,285, no entanto, apesar dessa melhora no IDH “O Norte é a única região onde a pobreza aumentou, passando de 36% para 44%. ‘A culpada não é a escassez de recursos, mas uma persistente e alta desigualdade’.” (Secretaria de Saúde Pública do Pará). Desse modo, apesar que de o município de São Domingos do Araguaia ter melhorado o seu Índice de Desenvolvimento Humano, ainda está inserido na região onde não se conseguiu diminuir a pobreza, mas sim a aumenta-la e isso se deve por conta da concentração de renda, poucas políticas públicas, dentre outros fatores.

Em relação à economia do município, segundo o SIIS (Sistema de Informações de Indicadores Sociais), em 2009, o município apresentava um PIB (Produto Interno Bruto) de (R\$ Mil) 92.794, sendo: agropecuária 21.067; Indústria 5.829; Serviços 62.739; Impostos 3.159, assim, percebe-se que a agropecuária e o setor de serviços são os maiores contribuintes para a movimentação da economia da região, de acordo com Souza (2009).

Os postos de trabalho estão se originando em todo o circuito espacial da produção ligado à pecuária, na criação do gado (leiteiro e de corte), no transporte de leite e gado, no processamento e na venda da carne e leite. Na criação de gado são gerados postos de trabalhos na produção e manutenção das pastagens e na lida com os animais. Os empregos gerados no transporte de leite e gado são ocupados por pessoas conhecidas como atravessadores, que fazem a ligação entre o produtor e o consumidor. No processamento e venda de leite e carne, são gerados empregos em açougues e laticínios, principalmente na área urbana do ventilado município. (SOUZA, 2009, n.p.).

Sobre o setor de serviços no mercado de trabalho no município esse autor comenta que:

Ultimamente têm se verificado que a prestação de serviços, tanto aquela realizada por funcionários públicos municipais, quanto a que inclui os funcionários públicos estaduais, se destaca na geração de postos de trabalhos. Além do exposto acima, o que se verificou empiricamente através de uma rápida pesquisa de campo, foi que os maiores estabelecimentos comerciais (aqueles que empregam mais de três funcionários) são responsáveis por um número considerável de postos de trabalhos. Assim, no meu entendimento, a atividade comerciária, a pecuária e a prestação de serviços são as principais atividades econômicas do município de São Domingos do Araguaia na época presente. (SOUZA, 2009, n.p.)

Verifica-se que a economia do município gira em torno destes três setores e nisso, a pecuária e o setor de serviços são os mais contribuintes, logo onde se concentra a maior geração de empregos e onde provavelmente também concentra a população jovem, principalmente no setor de serviços. Para corroborar estes dados entrevistei alguns jovens da cidade, sendo 10 jovens com ensino médio completo e 29 jovens ainda no último ano do ensino médio.

Sobre a população jovem da cidade, muitos descendem de famílias nordestinas, principalmente do Maranhão, que na década de 1970, vieram para o município em busca de terras e melhores condições de vida, por conta da concentração de terra nos seus estados de origem. Assim, muitos desses jovens trabalham desde cedo ajudando a família na roça e após algum tempo, os que podem, vêm para a cidade estudar.

O município de São Domingos do Araguaia possui ao todo 83 escolas, sendo incluídas as escolas instaladas nas vilas próximas ao município sede e a zona rural. São 38 escolas de Educação Infantil, 8 creches; 30 de pré-escola; 39 escolas de Ensino Fundamental, dentre essas escolas, 5 ministram ensino supletivo; apenas 1 em que funciona o Ensino Médio, a escola Elza Maria Corrêa Dantas.

2.3. ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO ELZA MARIA CORRÊA DANTAS

A escola Estadual de Ensino Médio Elza Maria Corrêa Dantas, única escola pública que oferta o Ensino Médio público no município, é onde se encontra a maior parte dos estudantes jovens, começou a ser constituída em São Domingos do Araguaia quando ainda era parte integrante do município de São João do Araguaia. O vereador João do Abílio requereu ao governador do Estado na época, uma escola de Segundo Grau (Ensino Médio) para São Domingos do Araguaia, pois os alunos da cidade, quando terminavam o fundamental, se queriam estudar o ensino médio tinham que ir estudar em Marabá ou Imperatriz. O governador atendeu ao requerimento, sendo construídas escolas em vários municípios, como Brejo Grande e Parauapebas, dentre outras. Todos esses municípios são ainda bastante carentes de escolas de Ensino Médio.

O então prefeito de São Domingos do Araguaia na época, José Freire Falcão (Cazuza), cedeu uma área para a construção da escola, o espaço era onde funcionava a Escola Municipal de 1º Grau Jarbas Passarinho, no bairro Novo São Luís, Trav. Alacid Nunes. De acordo com alguns professores do período, a escola Elza Dantas foi construída em aproximadamente seis meses, tendo sido inaugurada em 1991, após o início do ano letivo. Os professores que iriam trabalhar na escola matricularam crianças para o ensino fundamental, principalmente da 1ª a 4ª série no período diurno. Então, o período noturno começou a funcionar quando as turmas da Escola Estadual de Ensino Fundamental José Luiz Cláudio, da noite (5ª a 8ª série), foram transferidas para a escola Elza Dantas, assim como os professores dessas turmas.

A escola foi inaugurada em 1991 com o nome de Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elza Maria Corrêa Dantas. O nome da escola foi sugerido pela SEDUC (Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado do Pará), em homenagem a uma técnica dessa instituição que morreu em um acidente aéreo na época. Os professores foram contratados no modo de prestação de serviços pelo estado para trabalharem na escola. No primeiro ano de vigor a escola não possuía recursos para a compra de materiais como canetas, papéis, réguas, colas, fitas para máquina datilográficas, materiais de limpeza, de cozinha, dentre outros. O corpo docente, para resolver esse problema, promovia festas para arrecadar fundos para a compra de materiais e equipamentos. Segundo, os professores, as festas na quadra da escola eram bastante conhecidas na cidade, mas proibiu-se a venda bebidas alcóolicas nas escolas, a arrecadação diminuiu, então não aconteceram mais eventos desse tipo.

O Ensino Médio só começou a funcionar na escola a partir do segundo ano de funcionamento dessa instituição de ensino, com a contratação de mais professores, visto que os que vieram da escola José Luiz Cláudio voltaram para lá. Daí então, o quadro de funcionários era renovado a cada ano, pois, grande parte era contratada de forma temporária. A escola com os passar dos anos sofreu várias modificações nas suas instalações com propósito de melhorar o ambiente de ensino.

Atualmente a escola conta com 12 salas de aula, localizadas em dois blocos, além da secretaria, diretoria, sala dos professores, cantina, banheiros, laboratório de ciências, laboratório de informática, com 24 computadores, no entanto, esses laboratórios não desempenham mais suas funções, visto que a maioria dos computadores não está funcionando e o acesso à internet da escola é bastante precário e o laboratório de ciências por falta de materiais para a área. Segundo alunos, hoje ele é utilizado para assistirem filmes; há na escola

também a quadra poliesportiva coberta. O aspecto físico da escola é bastante precário, o que reflete também na formação dos jovens, visto que isso significa que o aluno não se sente confortável no ambiente escolar.

O espaço físico da escola é bastante grande, possui árvores, alguns canteiros. Há também um local onde se situa a banca de xerox e a lanchonete, nela há alguns bancos onde os alunos socializam. Em uma área perto da quadra, fica a cantina, os bebedouros e os banheiros, lá há um pátio grande, sendo também um espaço de socialização dos estudantes. A escola se localiza perto da delegacia e do hospital municipal. Segundo os moradores da redondeza, é boa a localização da escola para eles, visto que a única escola de ensino médio da cidade numa região central e não em um bairro mais distante.

Até o ano de 2011, a escola ainda atendia além do ensino médio, o ensino fundamental, mas, por causa da demanda, passou a funcionar apenas com o ensino médio. Segundo dados da secretaria, a escola conta hoje com 28 professores, sendo 4 de sociologia, estes, todo formados pelo curso de Ciências Sociais da UFPA (Universidade Federal do Pará) Campus Marabá. Existem 30 turmas na instituição.

A escola também atende os alunos vindos da zona rural, há carros da prefeitura que trazem os estudantes para as escolas na cidade. Mas mesmo assim, ainda é difícil para esses alunos, visto que há algumas vilas e áreas rurais que são bem distantes da cidade, então, algumas famílias chegam a se mudar para a cidade por conta dos estudos dos filhos. Essas dificuldades que os alunos enfrentam se refletem no número de desistentes e reprovados nessa escola. (Tabela 8).

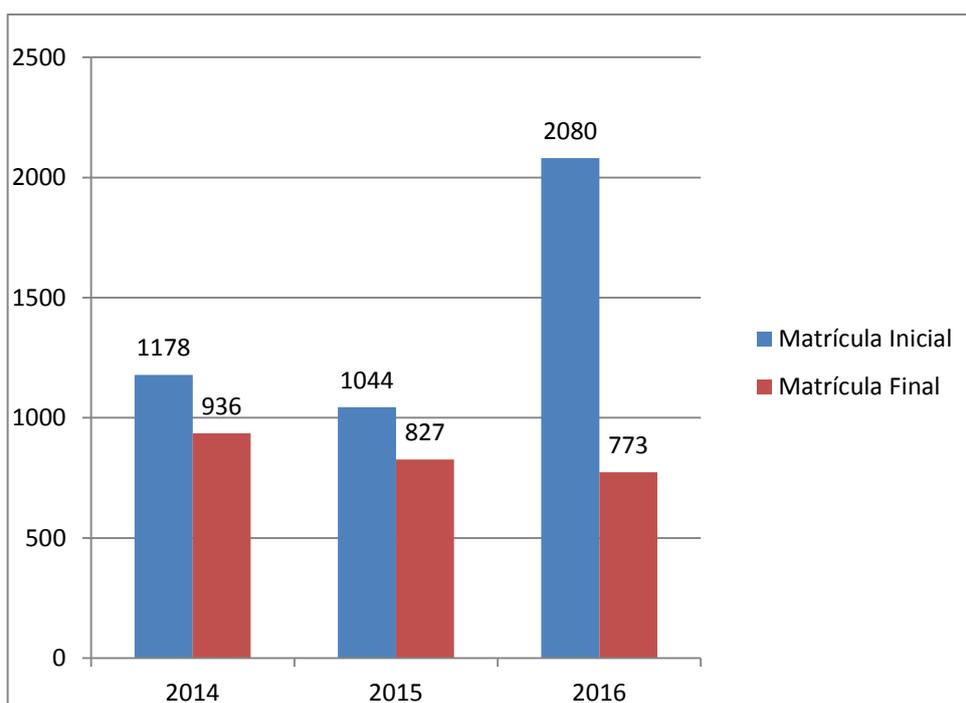
Tabela 8: Estatística final de alunos do ensino médio entre 2014 a 2016

Ano	Matrícula Inicial	Desistentes	Matrícula Final	Aprovados	Reprovados
2014	1.178	182	936	768	70
2015	1.044	216	827	638	87
2016	2080	240	773	696	77

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponibilizados pela secretaria da escola Elza Maria Corrêa Dantas

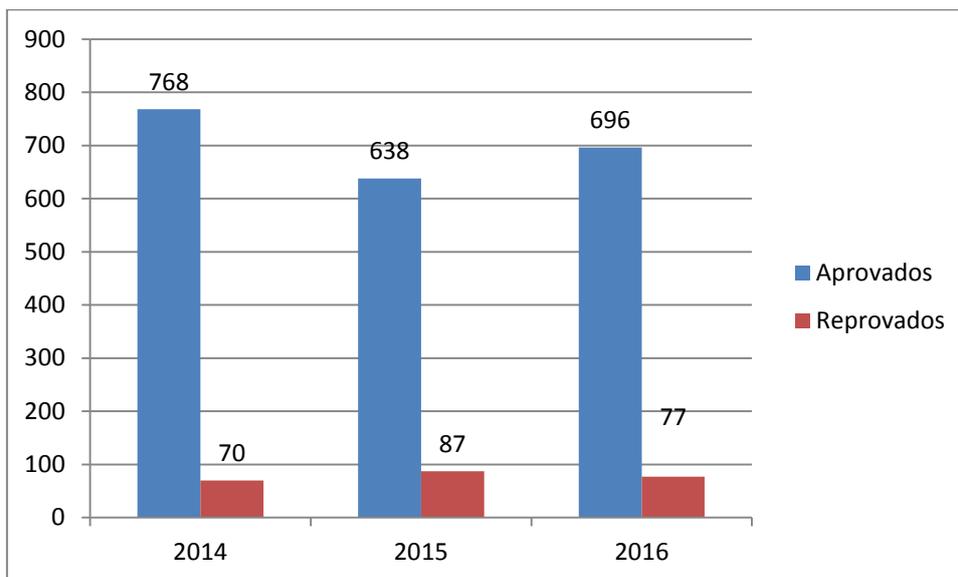
Há uma expressiva diferença entre os alunos que inicialmente se matriculam e os que efetivamente concluem o ensino médio na instituição. Percentualmente, no ano de 2014 há um diferencial de 20,54% entre as matrículas iniciais e finais, em 2015 é de 20,79% e já em 2016, apesar de inicialmente aparentar um grande número de estudantes interessados em cursar o ensino médio na escola, há uma baixa de 62,84% dos que concluem o ensino médio na instituição. De 2014 a 2016 houve uma queda de 17,12% dos estudantes que finalizam a educação básica na escola Elza Maria Corrêa Dantas, essa evasão pode se dever as desistências de muitos alunos por não se interessarem pelos estudos ou mesmo para poder trabalhar, assim como pode ser também o caso de transferências, muitos jovens estarem indo buscar melhores condições de estudos em outras cidades. Representando graficamente para uma melhor percepção:

Gráfico 2: Número das matrículas iniciais e finais - 2014 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponibilizados pela secretaria da escola Elza Maria Corrêa Dantas.

Sobre o número de alunos de aprovados e reprovados representado.

Gráfico 3: Número de alunos aprovados e reprovados - 2014 a 2016

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponibilizados pela secretaria da escola Elza Maria Corrêa Dantas.

Nota-se que mesmo com uma diminuição na quantidade de estudantes que terminam o ensino médio na escola, o índice de aprovação se mantém alto, apesar de ter havido uma diminuição de 19,54% de 2014 para 2015, voltou a aumentar em 11,5% em 2016. Então, percebe-se que embora o número de alunos esteja se tornando reduzido, ainda há a preocupação dos que continuam em concluir o ensino médio.

3. RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO NA CIDADE DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

Foi aplicado um questionário a 29 alunos de uma turma de 3º ano do ensino médio, na escola Elza Maria Corrêa Dantas, do turno da noite, visto que é o turno mais escolhido pelos alunos que trabalham. Nesta turma 18 alunos (62,02%) afirmaram que trabalham, sendo 11 alunos (37,93%) que não trabalham ou desempregados, afirmando que pretendem terminar primeiro os estudos ou procurar emprego em outra cidade ou estado, pois de acordo com eles, o mercado de trabalho na cidade não oferece empregos com boa remuneração. Sobre os anseios do jovem para trabalhar. “E quando os jovens saem de casa para buscar trabalho? O trabalho pode ser a busca de independência financeira, sem precisar sair de casa,

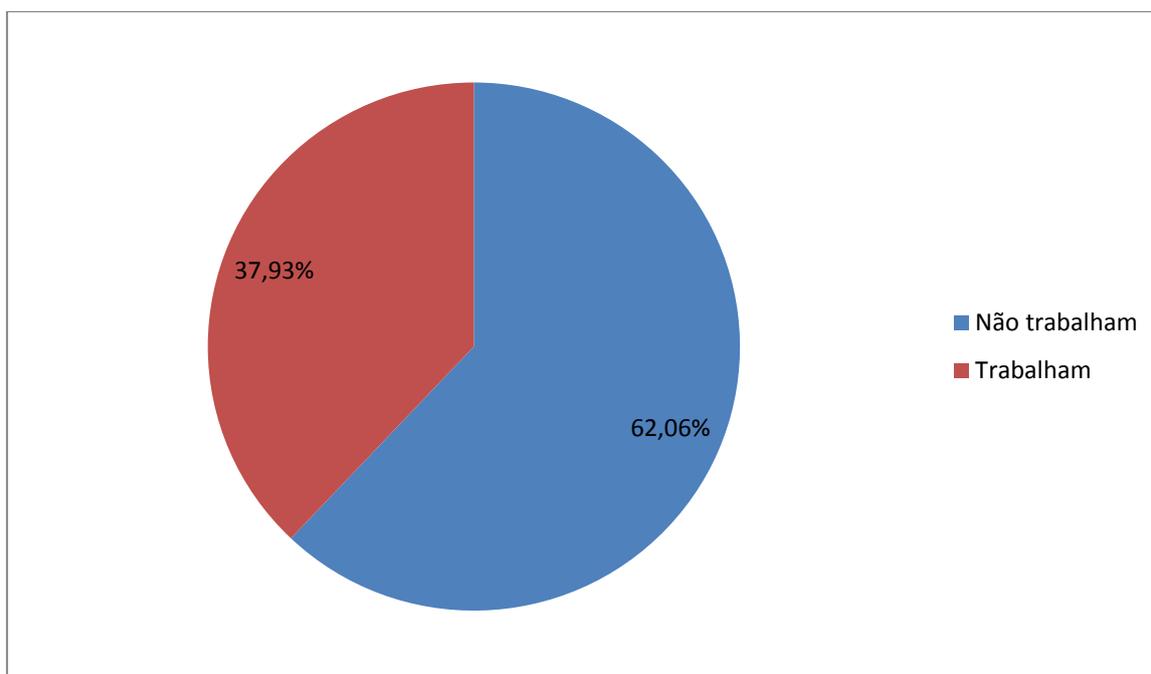
seja em um trabalho rural que não na propriedade de sua família, ou na cidade. O lazer nesses casos se mostra fator determinante para essa escolha” (DOTTO, 2011, p.26).

Bourdieu (2003) comenta:

É importante lembrar que, para o jovem, “ter dinheiro” confere a sensação de maioridade, de autoafirmação frente a seus amigos e familiares (BOURDIEU, 2003; apud; DOTTO, 2011, p.36).

Deste total de 18 alunos trabalhadores, apenas 3 (16,66%) declararam que são o provedor da renda domiciliar, visto que moram sozinhos, os outros 15 alunos que trabalham afirmaram que mesmo trabalhando ainda dependem financeiramente dos pais. Como se percebe no gráfico abaixo, a maior parte dos alunos da turma, 62,06% possuem emprego, enquanto 37,93% não trabalham ou estão desempregados.

Gráfico 4: Alunos que trabalham e não trabalham de uma turma do 3º ano do ensino médio



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2016.

Em relação aos alunos que declararam que trabalham, os empregos se localizam predominantemente no setor de serviços (atendentes em lojas de roupa, caixas de supermercados, frentistas, oficinas, salão de beleza, revendedores, dentre outros). São os tipos mais comuns de atividades econômicas que os jovens exercem na cidade, assim como empregos na área da agropecuária (como peão, no carro do leite, dentre outros), todos

trabalhos de baixa remuneração. Sobre a questão da remuneração, do salário na sociedade inserida no sistema de acumulação capitalista, Marx (1982) comenta:

O salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalistas e trabalhador. A necessidade da vitória do capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que este sem aquele. [A] aliança entre os capitalistas é habitual e produz efeito; [a] dos trabalhadores é proibida e de péssimas consequências para eles (...). Por isso [é] tão grande a concorrência entre os trabalhadores.” (MARX, 1982, p.23)

Também nota-se nos questionários que muitos não anseiam trabalhar ou procurar emprego na cidade, pois planejam deixar a cidade e procurar por novas oportunidades mais favoráveis em outro lugar.

“Busco em fábricas, lojas de roupas, comércio.” (aluno 01, 19 anos).

“Porque ainda moro com meus pais, mas quando terminar o meu ensino médio vou procurar melhor fora de São Domingos.” (aluno 03, 18 anos).

“Eu trabalho, mas busco um emprego melhor em fábricas maiores.” (aluno 04, 19 anos).

“sim, estou buscando emprego em loja de roupas e supermercados.” (aluno 07, 19 anos).

“eu sou revendedora Avon, mas procuro trabalhar em uma área de comércio menos cansativo.” (aluna 08, 18 anos).

“eu trabalho, mas estou buscando emprego em Anápolis-GO”. (aluno 09; 20 anos).

“por enquanto só estudando, não estou procurando emprego no momento. Até porque aqui não tem muito recurso.” (aluno 10, 19 anos).

Como o mercado de trabalho voltado para jovens é de empregos de pouco crescimento profissional, isso acaba refletindo na expectativa dos jovens, em relação à sua carreira profissional na cidade.

“Procuro uma vaga em empregos com computadores, um emprego legal, tipo operador de caixa ou outros.” (aluno 02, 18 anos).

“Sim, estou buscando emprego. Busco na área de atendimento em uma loja, supermercado, de empregada doméstica, onde, eu me encontrar, ou seja, me habituar melhor.” (aluno 06, 17 anos).

Apesar da porcentagem desses jovens que trabalham ser alta, desempenham atividades de subemprego, que prejudicam sua formação física, psicológica e educacional, por conta do cansaço, da defasagem escolar, por isso a necessidade de políticas públicas que mantenham esses jovens para que tenham como prioridade o estudo e sua saúde física e psíquica.

Verifica-se a partir do depoimento desses jovens, que na nossa sociedade inserida no sistema de acumulação capitalista, o mercado aproveita-se de trabalhadores sem perspectivas, para que se tornem reservas de força de trabalho. Tratando dessa temática Picoli (2006) relata que:

Na carência de perspectivas acontece a acumulação de capital da classe burguesa, pois é da retirada de excedentes da força de trabalho que se efetiva a acumulação. Seria necessário que os trabalhadores almejassem o futuro, mesmo sem perspectivas, para que pudessem fugir do controle do capital. Essa é a regra estabelecida pela lógica da reprodução imposta e dependente. Os trabalhadores submetidos às condições de pobreza são produtivos; sendo miseráveis, tornam-se derrotados e deixam de sonhar com perspectivas para superar a condição de exploração no trabalho. Assim, o capitalista atinge o seu objetivo maior ao se constituir pela lógica que fundamenta a existência do capitalismo. (PICOLI, 2006, p.188).

Então, como se percebe no recorte abaixo, há poucas vagas de empregos disponíveis em São Domingos do Araguaia no site do SINE (Sistema Nacional de Emprego).

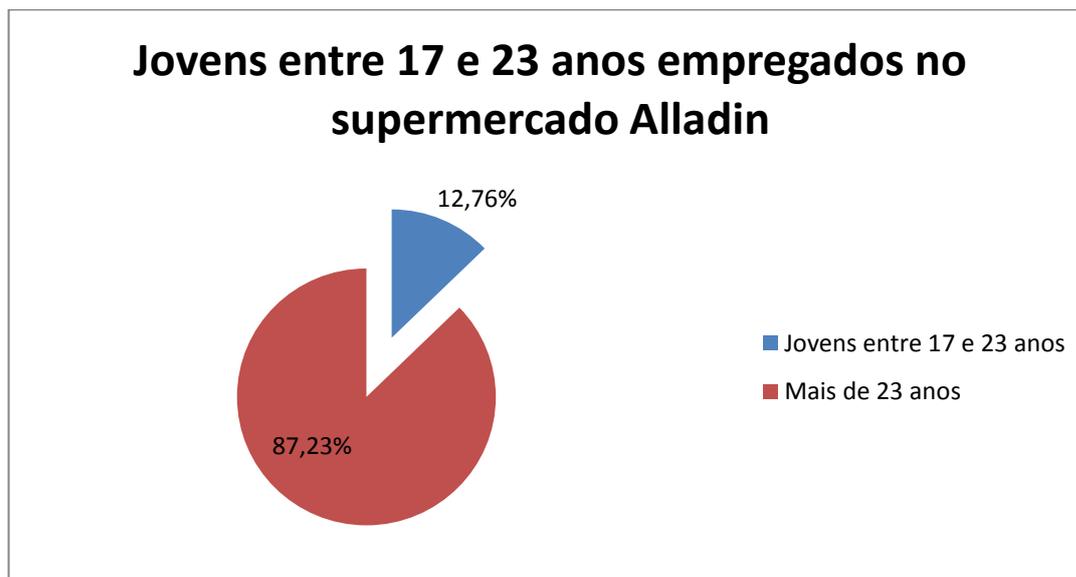
Figura 3: Vagas de empregos ofertadas no site SINE em São Domingos do Araguaia

Função	São Domingos do Araguaia / PA	Buscar Vagas	
Ordenar por: Últimas Vagas			
Vaga de Churrasqueiro R\$ 1.150,00 <input type="checkbox"/> São Domingos do Araguaia/PA <input type="checkbox"/> Churrascaria Paraná O churrasqueiro precisa dispor de conhecimentos específicos e necessários para atuar na profissão e cuidar para que	Vaga de Churrasqueiro R\$ 1.150,00 <input type="checkbox"/> São Domingos do Araguaia/PA <input type="checkbox"/> Churrascaria Paraná O churrasqueiro precisa dispor de conhecimentos específicos e necessários para atuar na profissão e cuidar para que	Oportunidade de Técnico em Eletrotécnica R\$ 1.600,00 <input type="checkbox"/> São Domingos do Araguaia/PA Trabalho de campo e outros. V.a. R\$ 255,00 Plano de saúde Plano odontológico Seguro de vida Previdência	Oportunidade de Encanador R\$ 1.300,00 <input type="checkbox"/> São Domingos do Araguaia/PA Serviço de encanação de campo, perfurações, etc. Ensino médio V.a. R\$ 255,00 Plano de saúde Plano odontológico Seguro de vida Previdência

Fonte: Imagem retirada do site do SINE (Sistema Nacional de Emprego). Dezembro, 2016.

De acordo com informações resultadas de uma coleta de dados no supermercado Alladin, um dos estabelecimentos comerciais que necessitam de grande número de força de trabalho. Nota-se no gráfico abaixo, que de 47 empregados, somente 6 jovens entre 17 e 23 anos trabalham no estabelecimento, o que equivale a uma taxa de 12,76%.

Gráfico 5: Jovens entre 17 e 23 anos empregados no supermercado Alladin.



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2017.

Uma amostra de 225 currículos deixados no estabelecimento, há 83 currículos deixados por jovens entre 17 a 23 anos, uma porcentagem de aproximadamente 36,88%, de jovens nesta faixa procura trabalho no estabelecimento. Destarte, nota-se que as pessoas contratadas são de uma faixa etária maior, com mais experiência para as funções desempenhadas no estabelecimento, mas que uma relevante porcentagem de jovens com a idade destacada, busca emprego na empresa.

Além dos estudantes de uma turma do 3º anos do ensino médio, foram entrevistados também, dez jovens já com ensino médio completo, terminado no ano de 2010. Muitos afirmaram que começaram a trabalhar ainda quando crianças para ajudar nas despesas da família. De acordo com (CONDE, *et. al.*, 2013 p. 6) “as quatro formas de trabalho infantil, enquadradas nas piores formas [sic] de trabalho infantil que estão entre as mais complexas de serem erradicadas são: (1) trabalho infantil doméstico, (ii) trabalho infantil urbano em atividades informais, (iii) trabalho infantil no campo, e (iv) exploração sexual de crianças e adolescentes”. Ainda tratando dessa temática o autor relata que:

Segundo a Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1973, artigo 2º, item 3, determina-se como idade mínima para começar a trabalhar aos 16 anos. Neste mesmo documento, é considerado que o exercício de alguma atividade econômica entre a faixa etária de 13 a 15 anos pode ser permitido somente quando não prejudica a saúde e o desenvolvimento do jovem, destacando ainda que as autoridades devem especificar as atividades permitidas e o tempo máximo de trabalho diário. (CONDE, *et. al.*, 2013, p. 6)

Sobre a precoce entrada no mercado de trabalho, um dos entrevistados faz o seguinte relato.

“trabalho desde quando tinha 9 anos, na roça, ajudando o meu vô (...) depois na cidade, como ajudante de pedreiro, depois em um vídeo game quando tava estudando, depois de auxiliar proteico de dentista e agora de atendente de farmácia, já é segunda farmácia que trabalho. Meu pai morreu quando eu era novo e minha mãe é doente, então tenho que sustentar minha mãe e minhas irmãs”. (A.V. 24 anos).

Outro entrevistado também afirma:

“comecei a trabalhar mais ou menos aos 10 anos, vendendo geladim, picolé depois da escola e depois quando terminei o ensino médio numa *Lan House*”. (A.N. 23 anos).

Muitos jovens entram prematuramente no mundo do trabalho, em atividades repetitivas e exaustivas “(...) o que contribuiu para o processo de alienação. Isso dificulta a superação de obstáculos impostos pela pobreza, uma vez que quanto mais alienados pelo trabalho e pela falta de tempo para participação social, mais difícil é reconhecer os mecanismos de funcionamento do modo de produção e os elementos de superação.” (LACHTIM; SOAES, 2009, p.185). Essa alienação ocorre pelo fato de que o capital transforma as pessoas em coisas e os convertem em mercadorias. Como dito anteriormente, o trabalho torna-se uma mercadoria. Para Marx:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menchenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Este fato nada exprime, senão: o objeto (*Gegenstant*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetificação* (*Vergegständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetificação. Esta efetivação do trabalho aparece a estado-nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*) (MARX, 1982, p.80).

Corroborando com Marx (1982), Lessa e Tonet (2011) relatam que “A essência da alienação da sociedade capitalista é que trata como mercadoria o que é humano; e, como mercadoria é coisa e não gente, a desumanidade desse tratamento não poderia ser maior. O

que importa é o lucro dos capitalistas.” (LESSA; TONET, 2011, p.96). E essa condição é mais desumana ainda para os jovens que entram ainda crianças no mercado de trabalho, em empregos informais para complementar a renda da família, logo cedo se tornam mercadorias desse sistema de acumulação.

Dando continuidade à apresentação dos resultados da pesquisa, como dito anteriormente e com os questionários para os jovens estudantes do ensino médio e entrevistas corroborando isso, as opções de trabalho para os jovens na cidade se encontram predominantemente no setor de serviços, com alta carga horária e baixos salários. M. V. (23 anos) desde que começou a procurar emprego aos 18 anos, trabalhou de “vendedora autônoma de cosméticos e lingerie, balconista em lojas de materiais de serviço e hoje trabalha de auxiliar de escritório do supermercado Alladin”.

Para (F. S. 22 anos) “Aqui em São Domingos só tem duas opções, uma delas é o Guerra (atual supermercado Alladin), e a outra é o Opção (outro supermercado da cidade).” Praticamente todos os jovens entrevistados, com exceção do (F.S. 22 anos) que trabalha como agente de saúde na cidade, conseguiram emprego somente por indicação e indo “bater na porta” de lojas e comércios. Não foi por meio de políticas públicas ou projetos que deveriam ser desenvolvidos tendo em vista a inclusão do jovem no mercado de trabalho na cidade. São inexistentes ações significativas do governo na cidade que dê assistência aos jovens que querem trabalhar.

Além disso, até mesmo a demanda por empregos no setor de serviços vem ficando escassa e seletiva devido às crises econômicas ocorridas no país; de acordo com M.M. (22 anos), “tô desempregado porque ‘tá’ difícil de arrumar emprego, é muita gente atrás de emprego, eles preferem quem já trabalhou no ramo”. Para (G.M. 23 anos) formado em farmácia bioquímica, “a maior dificuldade é a experiência na área, que eu ainda não tive, então enquanto não tiver, tô sempre em desvantagem”.

Quando questionados sobre a situação do jovem no mercado de trabalho na cidade e sobre a necessidade de políticas públicas para essa inclusão, os entrevistados afirmam:

“deveria ter incentivo pra ter mais estudo e depois conseguir um bom emprego”. (A.N. 23 anos)

“O melhor auxílio do governo seria melhorar a educação porque se ele aumenta o bolsa esmola é pior tem que investir é na educação. Sair da cidade é só uma ilusão porque se o cara não estudar passa a vida trabalhando por um salário mínimo e só.” (F.S. 22)

“aqui em São Domingos o mercado de trabalho para os jovens é escasso, se houvesse auxílio do governo aqui para a capacitação desses jovens seria bom, mas o pouco recurso que vem não é usado pra essa capacitação, um exemplo é aquele centro tecnológico (CRAS) que as vezes vem projeto, funciona uns dias e para.” (M.V. 23 anos)

“Mercado de trabalho aqui em São Domingos é bastante escasso, a prefeitura, as autoridades deveriam investir mais em projetos de capacitações profissionais para os jovens, como cursos técnicos, é a melhor opção que eu vejo pra a demanda do mercado de trabalho. (...) tem também a opção de sair da cidade pra aqueles que tem ambições de conseguir um emprego melhor e também uma melhor formação profissional e acadêmica”. (G.B. 23 anos)

Até mesmo os que conseguem fazer o ensino superior têm dificuldades em conseguir trabalho na área em que se formou:

“Minha opinião é que falta oportunidade pra os jovens mostrarem suas experiências na área que se formou. O governo municipal deveria ajudar nessa questão, para os jovens mostrarem suas experiências no trabalho.” (G.M. 23 anos)

Muitos dos entrevistados afirmaram que o mercado de trabalho na cidade é escasso e que deveria existir mais incentivo e auxílio do governo para que os jovens fossem capacitados e assim conseguirem melhores empregos. No entanto, para o sistema capitalista, no qual o Estado é um aparato desse sistema, é interessante que exista uma reserva de força de trabalho, muitas vezes despreparada, para atuar nos trabalhos mais simplórios, com grandes horas de trabalho e baixa remuneração. Corroborando com essa ideia, Mascaro (2013) relata que:

No capitalismo, a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou violência física. Há uma intermediação universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, mas por uma instância apartada de todos eles. O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca de mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal – o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade, por exemplo – possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados. (MASCARO, 2013, p.18)

Em relação à educação no município, como já dito, somente a escola Elza Maria Corrêa Dantas oferece Ensino Médio gratuito e não tem nenhuma instituição que ofereça curso superior, havendo somente a oferta de cursos técnicos de forma privada. Os jovens, ou mesmo qualquer pessoa de qualquer faixa etária que queira fazer curso superior, estudam em cidades próximas à cidade, como Marabá, onde as instituições de ensino superior tanto públicas quanto privadas recebem grande quantidade de estudantes de São Domingos do

Araguaia. Os que querem estudar fora e podem, se mudam para outras cidades em busca de condições de educação e trabalho mais satisfatórias.

As universidades de municípios próximos a São Domingos do Araguaia, principalmente Marabá, recebem os estudantes que têm condições de bancar uma faculdade, em casos de instituições privadas, assim como moradia ou transporte. Porém, são poucos os jovens do município que têm oportunidade de cursar alguma faculdade. Das dez pessoas entrevistadas, já formadas no ensino médio, somente três cursam ou cursaram faculdade, seja com o auxílio da família, ou trabalhando para pagar a faculdade. (M.V. 23 anos) cursa educação física na UNOPAR (Universidade do Norte do Pará) às quartas-feiras, ela faz parte do grupo de estudantes que utilizam do ônibus disponibilizado pela prefeitura para levar os alunos para as faculdades em Marabá, à noite e aos sábados. (F.S. 23 anos) também estudava fisioterapia na universidade privada Metropolitana. Já (A.N. 23 anos) preferiu deixar a cidade e ir para Unai- MG, de acordo com ele:

“saí porque minha tia iria me ajudar com os estudos e por mais oportunidades de trabalho, em São Domingos os empregos são pouco diversificados e com salários não muito bons, então se tiver uma oportunidade segura é bom sair da cidade.” (A.N. 23 anos).

Muitos não enxergam a faculdade como opção, para (A.V. 24 anos) fazer algum curso superior “é difícil, porque só tem em Marabá e pra estudar lá é complicado, é muito gasto e eu passo o dia trabalhando. Mas ainda sim, com toda dificuldade fiz um curso de técnico em enfermagem”. A cidade dispõe de um centro técnico profissionalizante (CTP), de caráter privado que oferta cursos técnicos de enfermagem, segurança do trabalho, dentre outros, o que se tornou uma alternativa a quem não pode fazer um curso superior fora da cidade. Já (M.M. 22 anos) “Sobre os planos do futuro, tô querendo investir no próprio negócio, montar uma lojinha, fazer faculdade talvez não”.

Portanto, prevalece em todas as falas a falta de opções de empregos atrativos para os jovens e da falta de oportunidade de qualificação, de ensino, para que possa entrar preparado e em condições justas no mercado de trabalho, mas essa realidade não se encontra somente na cidade de São Domingos do Araguaia, é uma problemática de cunho nacional. Desse modo, percebe-se na fala da população juvenil entrevistada, tanto dos jovens que ainda cursam o ensino médio, quanto dos já formados, que a rotatividade é característica para o jovem no mercado de trabalho, em especial em São Domingos onde não há projetos que atuem efetivamente entre o jovem e o emprego.

Então, há consequências, como “(...) maiores taxas de desemprego involuntário estão associadas ao ingresso prematuro e a formação deficiente são algumas das dificuldades encontradas pelos jovens que buscam uma colocação no mercado de trabalho. A ocupação precária desses jovens e a baixa remuneração são também fatores que elevam rotatividade no mercado de trabalho.” (CHAGAS, 2015, p.34).

Nota-se como foi dito anteriormente, que os setores que mais concentram empregos disponíveis é a agropecuária (como peões, no carro de leite, dentre outros) e o setor de serviços, principalmente o setor comercial, visto que são setores que necessitam de grande número de força de trabalho a baixo custo, pois a maioria dos cargos não precisam de trabalhadores especializados ou necessariamente experientes, mas de pessoas dispostas a trabalhar em grande carga horaria e baixos salários. Ao tratar dessa temática, Campolim (2000) afirma que:

A busca da independência financeira, que se traduz em “um bom emprego” não significa, porém, que estes alunos e alunas tenham ilusões, (...) trabalham como empregadas domésticas, auxiliares em salões de beleza ou balconistas, no caso das moças e como operários da construção civil, fábricas, garçons, frentistas em postos de combustível, no caso dos rapazes, recebendo baixa remuneração e trabalhando em ritmo intenso. (...) Isto demonstra um reconhecimento de que o mercado de trabalho urbano é restrito e seletivo e que o certificado do ensino médio não é garantia para o ingresso em postos de trabalho mais qualificados. (CAMPOLIN, 2000, p.73)

O comércio tende a concentrar crianças e jovens pela informalidade e pela flexibilidade e a necessidade de obter renda para se sustentar faz com que os jovens aceitem esses trabalhos e adiem a continuação dos estudos ou mesmo trabalham para pagar a faculdade para obter estudo, quando o fazem.

3.1. PROGRAMA SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO)

Sobre as políticas públicas ou projetos voltados para a população jovem em São Domingos do Araguaia, foi encontrado somente o programa que substituiu o programa Projovem no município, o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo), voltado para as pessoas que recebem benefícios, como o bolsa família, ou que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil e idosos.

A Resolução CIT nº 7/2009, que traz, no âmbito das ações do MDS “(...) garantir a oferta prioritária de serviços socioassistenciais para as famílias do Programa Bolsa Família, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e do Benefício de Prestação Continuada, especialmente aquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.” (MDS, 2016, p. 107). Para o MDS (2016):

Trata-se de um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº 01/2013. Esse serviço é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários. (MDS, 2016, p.8).

Esse ministério ainda entende que os objetivos gerais do SCFV são:

- Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;
- Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios;
- Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos; Ações/Atividades.
- Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários;
- Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades;
- Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários (para mais informações sobre percurso intergeracional, conferir pergunta nº 42). (MDS, 2016, p. 10).

De acordo com a responsável pelo programa no município, o programa atende 162 usuários, ofertado pela Secretaria de Assistência Social, localizada no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) da cidade, situado no bairro Vila Braga. Assim, o Sistema de Convivência e Fortalecimento de Vínculo realiza atendimento dividindo os usuários em coletivos, de acordo com a faixa etária, crianças até 6 anos; Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; Adolescentes de 15 a 17 anos; Jovens de 18 a 29 anos; Adultos de 30 a 59 anos. Promovendo atividades esportivas, artísticas, tecnológicas, dentre outras atividades. De acordo com a professora S.C:

“Agora nós aqui da assistência, temos esse programa que é do governo federal que agora chama SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo) ele tem tanto jovem quanto criança, A criança é 6 à 14 anos, que é inserida no sistema e os jovens é de 15 a 17 anos e idoso, aí a gente tem os grupo, esses grupos, que a gente chama de coletivos né, é dividido por coletivos.” (S.C. 2016).

Continua ainda:

“Os jovens participam três vezes por semana, cada coletivo, participa três vezes por semana, funciona tanto de manhã quanto a tarde para atender a escolaridade, da escola dos meninos para não atrapalhar e dentro desse serviço, a gente oferece várias atividades, eles têm aula de caratê, eles tem capoeira, aula de violão e tem atividade física e interativa pra fazer esporte, então cada uma dessas atividades, tem um profissional da área, um profissional diferente e esses coletivos é assim, quem vem segunda, vem segunda e quarta, quem vem terça, vem terça e quinta e na sexta-feira a gente faz a socialização, quem pode vir de todos os coletivos, vem na sexta-feira (...)a gente tem também a informática, tem um informática que é específica, uma turma pra atender esses meninos, esses jovens, tanto jovens quanto as crianças, também os idosos, participam de dinâmica, palestras, as atividades são bem diversas.” (S.C., 2016).

Como o programa SCFV é vinculado a outros programas como o bolsa família, o PETI (Programa de Erradicação de Trabalho Infantil), dentre outros, os usuários precisam cumprir certa carga horária nas atividades do programa para continuarem a receber o benefício financeiro, pois, como o próprio nome indica, se propõe a ser um serviço de “Fortalecimento de Vínculo”. Para a entrevistada S.C.:

(...) esses programas são para as pessoas que são inseridas no sistema do governo, em algum programa como o bolsa família, geralmente é uma condicionalidade pra eles receberem o bolsa família, continuarem recebendo, eles participarem de um programa do governo como esse, aí temo antigo PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). (S.C. 2016).

(...) a gente vai tentando envolver esses jovens, mas não é fácil, não é fácil porque vamos supor de 100, 20 gostam de fazer uma atividade desse tipo, tem 80 que tu tem que conquistar né, então por isso que tem que ser uma coisa bem variada, bem diversa, porque pra chamar a atenção deles, porque

se não, eles não vem e outros vêm porque é uma condição do programa, pra manter o bolsa-família né, porque a frequência no serviço, ela existe igual a da escola, tem que ser informada pro MDS, porque se ele não tiver frequentando pode ocorrer algum, alguma queda no bolsa família, então muitos vem por isso, outros não vem, aí o quê que acontece, eles perdem o bolsa família, ou diminui, aí a mãe vem chorando pra cá, saber porque diminuiu, mas aí é aquela questão porque mexer com jovem é muito difícil, e gente tem descoberto dentro do nosso trabalho a questão do uso de drogas ilícitas né, a gente tem acompanhado muito aqui em são domingos, a gente sabe, tem mais contato direto. (S.C.2016).

De acordo com MDS (2016), alguns dos objetivos específico do programa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, voltados para os jovens são:

- Objetivos do SCFV ofertado a crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.
 - Complementar as ações da família e da comunidade na proteção e no desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
 - Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
 - Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo moderno;
 - Contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional. (MDS, 2016, p. 10).
- Objetivos do SCFV ofertado a adolescentes de 15 a 17 anos
 - Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
 - Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
 - Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo moderno;
 - Possibilitar o reconhecimento do trabalho e da educação como direitos de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas;
 - Contribuir para a inserção, a reinserção e a permanência dos adolescentes no sistema educacional. (MDS, 2016, p. 10- 11).

Percebe-se que alguns dos objetivos específicos voltados para os jovens no programa envolvem a questão do trabalho e do mercado de trabalho; as atividades desenvolvidas pelo SCFV nesse âmbito do mercado de trabalho, de acordo com a professora S.C., são apresentadas aos alunos em forma de oficinas sobre atividades econômicas que abrangem um grande número de jovens no mercado de trabalho na cidade. De acordo com o MDS (2016,

p.18) “as premissas que orientam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), mas também a aproximação e a adequação às condições que se apresentam no município ou DF quanto às expressões particulares de suas demandas sociais. Para a organização da oferta do serviço, deverão ser levadas em consideração a história e as identidades socioculturais e econômicas dos territórios”.

“(…) no nosso ciclo passado, o livro veio essa questão do mercado de trabalho, da inserção do jovem no mercado de trabalho. Então, a gente começou a trabalhar também com oficinas, pra eles terem já um embasamento prático, não só teórico né, a gente fez oficina de cabelereiro, de manicure, de bordado, de pintura em tecido, de confecção de boneca de pano, a gente fez bastante oficina pro mercado de trabalho, porque, tem jovens que já saíram daqui e já trabalham já, né, dentro dessas atividades que eles aprenderam aqui (...) _ É mais oficina, porque aqui já tiveram várias oficinas, para os meninos já teve de pedreiro, já teve de montador de ferragem, já teve de eletricista e de panificação (...) curso de confecção de boneca de pano, tem menino que vem de boa, eles não tem disso, porque é aquela coisa né, “ah, sou homem não vou fazer boneca”, mas tem deles que vem sim, que participa. (S.C. 2016).”

São atividades que podem de certa forma promover a inserção do jovem no mercado de trabalho, visto que o setor de serviços é onde há a concentração de grande número de jovens na cidade, mas ainda assim, não desfaz a lógica de formação de reservas de força de trabalho. Sobre a situação da população jovem no mercado de trabalho em São Domingos do Araguaia, a professora S.C. afirma.

“O mercado de trabalho para o jovem em São Domingos é mais de atendente de supermercado, de loja, de entregador, de pedreiro, tem muito mercado informal, porque não tem opção, qualificação. Aí tu pode ver nessas oficinas que só tem homens e são meninos novos, então muitas vezes eles saem daqui do programa porque arrumam alguma vaga de emprego desse tipo. Deixam as atividades desenvolvidas no programa, porque é uma oportunidade deles ganharem dinheiro (...) o mercado que eles tem é esse, é trabalhar em oficina de moto, carro, que aqui tem muito, que pelo menos vai ocupando alguns e o comércio, (...) tem meninas vão no salão, depilação, design de sobrancelha, agora tá no auge, aqui em São Domingos, as meninas fazendo curso de maquiagem ne, a gente já fez curso de maquiagem aqui. O mercado é pequeno e a oferta de trabalhador é grande, então eles conseguem isso, o que acaba gerando, muitos ficam com a jornada de trabalho altas pra um ganho pequeno, o mercado é muito restrito.” (S.C. 2016).

Sobre a questão da procura ser maior que a oferta por trabalho, isso também é um mecanismo do sistema de acumulação capitalista, pois com um grande número de pessoas desempregadas à disposição, a disputa por trabalhos é mais acirrada e assim, pode-se controlar o salário, carga horárias, dentre outras formas de tirar vantagem do trabalhador. De acordo com Marx (1982):

A procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome. A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele conseguir chegar ao homem que se interesse por ele. E a procura, da qual a vida do trabalhador depende, depende do capricho do rico e capitalista. (MARX, 1982, p.24).

Ainda sobre essa questão, Picoli (2006), comenta:

Esse elo entre os capitalistas e a força de trabalho é fruto da necessidade do processo produtivo estar sempre rodeado de mão-de-obra, efetivando-se assim, a exploração por meio das tarefas humanas. O objetivo maior da sociedade dominante é produzir mais com menor custo e, conseqüentemente, produzir mais mercadorias com menos trabalho. (PICOLI, 2006, p.186).

De acordo com a professora S.C, muitos jovens na cidade, quando não estão trabalhando ou estudando, podem ceder ao crime, como o uso de drogas ilícitas.

“(...) então, infelizmente, eu penso assim, às vezes o índice de criminalidade na nossa cidade, acaba sendo mais alto pela oportunidade do trabalho (...) porque como dizem que “mente desocupada é oficina do diabo”, né, então se tu não tem uma ocupação, o quê que tu vai fazer, né, aí já tem aquele grupinho ali, que já tá ali, chamando e tal, tu não tem o que fazer, tu vai pra lá, então acaba sendo isso, então, acaba sendo, os meninos principalmente.” (S.C. 2016).

Sobre casos de jovens e até mesmo crianças, usuários de drogas ilícitas na cidade, a professora S.C., afirma:

“(...) e a gente tem descoberto dentro do nosso trabalho a questão do uso de drogas ilícitas né, a gente tem acompanhado muito aqui em São Domingos, apesar da gente olhar assim, mas tem muito jovem envolvido, muito adolescente entre 12,13,14 anos em situação de rua né, a gente acompanha uma família lá do bairro de São Luís, onde duas crianças, uma de nove e uma de dez anos chegam a passar três dias fora de casa, então o negócio aqui é difícil, a gente que trabalha aqui dentro, a gente sabe, tem mais contato direto (...) Então, eu particularmente, eu via isso e achava que só tinha na televisão né, a menina sai de casa, a menina pula o muro, tem a questão de uma menina que ela sai, ela engana a mãe, ela passa 2, 3 dias e ela só tem 13 anos e ela passa 2, 3 dias, a mãe vem aqui desesperada, a gente vai no conselho tutelar, vai e resgata, leva pra lá e a mãe volta aqui novamente, então lidar com os jovens tem que ter assim um jogo de cintura muito grande.” (S.C. 2016).

Em relação à falta de qualificação, como a entrada em cursos superiores, para os jovens ocuparem melhores empregos, a professora S.C. concorda que existe muitas

dificuldades “o nosso município não oferece e nem todo mundo tem condições de se deslocar daqui pra Marabá que é mais perto, tem muita gente que tem vontade de estudar (...) tem o transporte, tem a moradia, acaba dificultando a vida de muita gente, tem muito jovem aqui que realmente se sacrifica pra estudar, trabalham o dia todo e saem 18:00 hrs na correria pra pegar aquele ônibus pra ir pra Marabá”. Mas, mesmo com essas dificuldades, ela destaca que em relação ao número de jovens em São Domingos que fazem ensino superior “apesar de que, eu acho que de três anos pra cá, o índice de pessoas que estão fazendo faculdade cresceu bastante, graças a deus, porque era muito pequeno, muita gente parou o ensino médio dez anos atrás e não fez mais nada, e eu acho que de 4 anos pra cá isso melhorou muito, parece que as pessoas abriram o olho, o mercado tá mais exigente, então, isso é bom, é bom porque as pessoas acabam abrindo o olho, da necessidade.”

Portanto, o programa SCFV mesmo desenvolvendo atividades culturais, artísticas e até mesmo oficinas voltadas para o mercado de trabalho, ainda não é um projeto que atue diretamente na inserção do jovem. Contudo, oficinas mencionadas pela professora S.C. não deixam de ser uma pequena brecha para os jovens em situação de carência conseguirem alguma renda, pois, mesmo sendo atividades econômicas voltadas para o setor de serviços, que concentra grande número de jovens e oferece pouca remuneração, ainda é de grande auxílio aos jovens de baixa renda, pois, pode ser uma certa qualificação para trabalharem e conseguirem pelo menos atender suas necessidades, visto que aos 18 anos são desligados de programas como o bolsa família.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de produção capitalista organiza o mercado de trabalho em prol do lucro, criando reservas de desempregados e fazendo com que a procura seja maior que a demanda, assim pode promover disputas por empregos com salários irrisórios. O neoliberalismo, com cortes e privatizações de instituições, acirra ainda mais a concorrência no mercado de trabalho, sendo o Estado a ferramenta para a manutenção desse sistema.

Nesta concorrida busca por emprego, que não se restringe somente à cidade de São Domingos, mas a todo o território nacional, os jovens são marginalizados, gerando grandes índices de desemprego, uma vez que são considerados sem experiência para exercer atividades econômicas. Os que conseguem possuem formação deficiente, o que dificulta obterem empregos com qualidade, e gera grande rotatividade no mercado de trabalho, com concentração de reservas de força de trabalho barata, não necessariamente especializada. Os jovens formam grande parte dessas reservas, por conta da informalidade e flexibilidade. Há a preocupação da entrada precoce do jovem no mercado de trabalho que pode ser prejudicial para sua formação educacional e social.

Portanto, é fundamental o pleno desenvolvimento educacional e social do jovem, com uma educação engajada em entender e trabalhar a diversidade de público que possui, para que o jovem não entre no processo de alienação e tenha condições de enfrentar as dificuldades impostas pela pobreza por meio de um trabalho digno. Logo, tem-se que diminuir as jornadas de trabalho para que o jovem possa se dedicar aos estudos, assim como a ampliação igualitária da oferta de ensino com qualidade, bem como uma melhor distribuição de renda para que os jovens pobres também possam ter acesso à educação. No entanto, é interessante para o modo de produção vigente que exista força de trabalho barata e sem qualificação, por isso, uma sociedade mais justa e igualitária e uma educação mais abrangente e inclusiva, só serão possíveis por meio da luta de classes.

O mercado de trabalho para os jovens na cidade de São Domingos do Araguaia, como percebido com os dados e entrevistas, se encontra no setor de serviços, no setor comercial ou mesmo informal. Nota-se também nas entrevistas que alguns jovens concluintes do ensino médio, assim como muitos outros anseiam por sair da cidade. Outros até mesmo saem em busca de estudos, de um ensino superior, visto que a cidade não oferece e isso se torna essencial para terem mais oportunidades de alcançar empregos que lhes satisfaçam. E os que

permanecem, seja por falta de condições de sair para estudar ou por optarem por não fazerem ensino superior, ficam sem perspectivas de trabalhos satisfatórios, se tornam reservas de força de trabalho barata para o setor comercial. A maioria que almeja melhorias precisa trabalhar em empregos mal remunerados e em precárias condições para poder bancar os estudos em outra cidade.

Há também os jovens que se encontram em condições bem mais preocupantes, inseridos em programas do governo voltados para famílias carentes e em situações de risco, como o bolsa família, PETI, dentre outros programas que alguns jovens desde a infância precisam se apoiar para manter minimamente sua subsistência. Destaca-se o programa SCFV que trabalha com atividades culturais, artísticas e mesmo não tendo como foco trabalhar com a questão do mercado de trabalho, eventualmente dispõe de oficinas voltadas para o mesmo. Não são oficinas que ofereçam aprendizados para que haja a inserção em trabalhos ótimos ou que quebre com o paradigma da formação de reservas de força de trabalho, mas que podem vir a ser uma oportunidade desses jovens carentes ao serem desligados do programa, terem condições de se manterem mesmo que minimamente.

REFERÊNCIAS

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013/ São Domingos do Araguaia.
Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-domingos-do-araguaia_pa
Acessado em: 06 de junho de 2016

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.

BRASIL. MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PERGUNTAS FREQUENTES: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília. 2016. Disponível em: <
<http://painel.governomunicipal.com.br/uploads/pmmandaguari/noticia/arquivo/64252c72949a50cc2dcd48fe269294e86e825acb.pdf>>
Acessado em: 05 de janeiro de 2017

BRASIL. MDA/SIT. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Localização e composição do Território do Sudeste do Pará entre 2004 e 2008 e após 2008**. 2010.

CAMPOLIN, Aldalgiza Ines. **QUANDO ALUNOS E ALUNAS SÃO RURAIS E A ESCOLA É URBANA: O Significado do Ensino Médio Para Jovens Rurais**. 2000. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/29733697_QUANDO_ALUNOS_E_ALUNAS_SAO_RURAIS_E_A_ESCOLA_E_URBANA_O_SIGNIFICADO_DO_ENSINO_MEDIO_PARA_JOVENS_RURAIS>
Acessado em: 10 de novembro de 2016

CAPRIO, Marina; LOPES, Ediane; Carolina Peixoto Marques. **As influências do modelo neoliberal na educação**. [S.D]. Disponível em:
http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/edi5_artigoedianeledes.pdf
Acessado em: 10 de novembro de 2016

CHAGAS, Elzira Beatriz das. **A INSERÇÃO PROFISSIONAL DO JOVEM: TERCEIRO SETOR E A LEI DA APRENDIZAGEM**. FLORIANÓPOLIS 2015. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158345>
Acessado em: 10 de novembro de 2016

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COGGIOLA, Osvaldo. **O poder da glória – crescimento e crise no capitalismo de pós-guerra (1945-2000)**. Editora Pradense, 2010.

CONDE, Rayane; CURI, Andréa Zaitune; FILHO, Ernesto Moreira Guedes; TOJA, Felipe Nycka. **TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE: IMPACTO ECONÔMICO E DOS DESAFIOS PARA A INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO NO**

CONE SUL. In: Revista: **Tendência: Consultoria Integrada**. 2013. Disponível em: < <http://www.institutoelo.org.br/site/files/publications/f4726e1a2382aa03768817f7f31f4566.pdf> >. Acessado em: 12 de novembro 2016

CONGÍLIO, Célia Regina. **Reestruturações do capital e políticas de Estado: repercussões no trabalho e na educação básica**. 2010.

CUNHA, Yuri Rodrigues. **O Estado brasileiro e as políticas de terceirização**. 2015. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/2753439-1-administradores-dos-interesses-da-burguesia-o-estado-e-suas-funcoes.html> > Acessado em: 12 de novembro 2016

DAYRELL, Juarez. **A ESCOLA “FAZ” AS JUVENTUDES? REFLEXÕES EM TORNO DA SOCIALIZAÇÃO JUVENIL**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf> > Acessado em: 15 de novembro 2016

DELGADO, L. A. N. **História Oral – memória, tempo, identidades – Belo Horizonte: Autêntica**, 2006.

DOTTO, Fabiano. **FATORES QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA AGRICULTURA FAMILIAR, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**. Disponível em: < <http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8201-fatores-que-influenciam-a-permanencia-dos-jovens-na-agricultura-familiar-no-estado-de-mato-grosso-do-sul.pdf> > Acessado em: 08 de junho de 2016

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec. 1986.

FISCHER, Maria Clara Bueno; PEREIRA, Anny; TIBIRA, Lia. **Juventude, associativismo e economia solidária: “não é por centavos, é por direitos”**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt55_econ03_juventude.pdf >. Acessado em: 08 de junho de 2016

_____, Maria Clara Bueno; TIBIRA; Lia. **Formação de jovens trabalhadores associados na produção da via**. In: Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2011. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25713> >. Acessado em: 08 de junho de 2016.

FREITAS, Ernani César de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale**, 2013.

GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. Jacob Gorender – Editora Brasiliense. 1981.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. **Economia, Instituições e Estado de Bem-Estar Social: Respostas à Nova Configuração do Capitalismo pós-1970**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, n o 3, 2015, pp. 617 a 650. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v58n3/0011-5258-dados-58-3-0617.pdf>>
Acessado em: 02 de março de 2017

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. v. I. Belém: EDUFPA, 2004a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. **Área, população e densidade demográfica dos municípios do Território do sudeste paraense**. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>.
Acessado em: 24/07/2014.

IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Indicadores de qualidade ambiental dos municípios da Região de Integração Carajás**. Belém, IDESP, 2013

LACTHIM, Sheila Aparecida Ferreira; SOARES, Cássia Baldini. Trabalho de jovens estudantes de uma escola pública: fortalecimento ou desgaste? In: Revista Brasileira de Enfermagem. São Paulo. 2009.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2011.

MARRACH, S. A. **Neoliberalismo e Educação**. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). Infância, Educação e Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: <http://docplayer.com.br/8126781-A-influencia-neoliberal-na-educacao.html>.
Acessado em 18 de novembro de 2016.

MARTINS, Renato Noronha. **Toyotização do currículo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará: Campus Industrial de Marabá e a expansão do capitalismo na Amazônia**. Dissertação de Mestrado Marabá, UNIFESSPA. 2014.

MARX, KARL. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. (MEGA), I e 2, Berlim: Dietz Verlag, 1982. – São Paulo : Boitempo, 2010.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1: vol.1/2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1994ª.

MASCARO, A. Leandro. **Estado e forma política** / Alysson Leandro Mascaro – São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Ed. UFMG. 2008.

NOVAES, Regina. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida. São Paulo, outubro de 2007.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**– 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SAES, Décio. **A Formação do Estado burguês no Brasil: 1888/1981**. Décio Saes – Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

_____. Estado e democracia: ensaios teóricos. 2ª ed – Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

PARÁ. SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ. **Entenda o que é o IDH**. 2009. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/dados/idh/idh/idh_entenda_oqe.pdf>
Acessado em: 06 de julho de 2016

SIIS. Sistema de Informações de Indicadores Sociais. 2009. Disponível em: < [https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/53/sao_domingos_do_araguaia\(2\).pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/53/sao_domingos_do_araguaia(2).pdf)>
Acessado em: 06 de julho de 2016

SILVA, Sabrina Diamantino da. **A influência neoliberal na educação. 2010**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8126781-A-influencia-neoliberal-na-educacao.html>>
Acessado em: 10 de julho de 2016

SILVA, Luiz de Oliveira. **Atores na construção de um território: uma análise dos perfis dos assentados do projeto de assentamento (PA) Paulo Fonteles (Cuxiú) em São Domingos do Araguaia-Pará**. – 2015.

SINE. Sistema Nacional de Emprego. 2016. Disponível em: < <http://www.sine.com.br/vagas-empregos-em-sao-domingos-do-araguaia-pa>>
Acessado em: 08 de dezembro de 2016

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**, in P. Singer e A. R. Souza, A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego, São Paulo, Contexto. 2000.

SOUZA, Valtey Martins de. **Atividades econômicas e geração de emprego e renda no município de São Domingos do Araguaia-PA**. 2009.

Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/atividades-economicas-e-geracao-de-emprego-e-renda-no-municipio-de-sao-domingos-do-araguaia-pa/18118/#ixzz4B6u8wITp>>
Acessado em: 06 de junho de 2016

SPOSITO, M.P. **Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude escola no Brasil.** In: Abramo, H.; Branco, P.P.M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.* São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

BRASIL. SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br>>
Acessado em: 10 de dezembro de 2016

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária :** Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. – 3ª ed. – Manaus : UEA Edições, 2013.